

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

Entre câmeras e olhares: sentidos do trabalho sexual

Juliana Boti de Lima

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ENTRE CÂMERAS E OLHARES: SENTIDOS DO TRABALHO
SEXUAL**

JULIANA BOTI DE LIMA

*Sob a Orientação do Professor Dr.
Marco Antonio Perruso*

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre**
em Ciências Sociais, no programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Julho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732e Lima, Juliana Boti de, 1996-
Entre câmeras e olhares: sentidos do trabalho
sexual / Juliana Boti de Lima. - Rio de Janeiro, 2023.
83 f.

Orientadora: Marco Antonio Perruso.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Ciências Sociais, 2023.

1. Prostituição. 2. Feminismo. 3. Internet. I.
Perruso, Marco Antonio , 1969-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JULIANA BOTI DE LIMA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 01/09/2023

Documento assinado digitalmente
 MARCO ANTONIO PERRUSO
Data: 21/09/2023 16:09:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marco Antonio Perruso. Dr., UFRRJ (orientador)

Documento assinado digitalmente
 NALAYNE MENDONCA PINTO
Data: 22/09/2023 10:21:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nalayne Mendonça Pinto. Dra. UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 SORAYA SILVEIRA SIMOES
Data: 02/10/2023 10:18:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Soraya Silveira Simões. Dra. UFRJ

,

“A vida... o que ela quer da gente é coragem

O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem.

O que Deus quer é ver a gente
aprendendo a ser capaz
de ficar alegre a mais,
no meio da alegria,
e inda mais alegre
ainda no meio da tristeza!

A vida inventa!

A gente principia as coisas,
no não saber por que,
e desde aí perde o poder de continuação
porque a vida é mutirão de todos,
por todos remexida e temperada.

O mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais,
ainda não foram terminadas,
mas que elas vão sempre mudando.

Afinam ou desafinam. Verdade maior.

Viver é muito perigoso; e não é não.
Nem sei explicar estas coisas.

Um sentir é o do sentente, mas outro é do sentidor.”

João Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Início esse trecho agradecendo, primeiramente, à espiritualidade. O processo de escrita do presente trabalho não se deu facilmente. Para além de uma pandemia que se estendeu por dois anos, desafios pessoais também se fizeram presentes entre as linhas e parágrafos dessa escrita. Nesse sentido, momentos em que me faltavam respostas e sobravam questionamentos e dificuldades, minha religião me ofereceu o acalanto necessário. Salve Oxalá, salve minha mãe Nanã, salve a Umbanda.

Agradeço à minha família, por nunca deixarem de acreditar em mim e no meu potencial. Agradeço ao investimento emocional e financeiro durante não só o mestrado, mas por todo o caminho acadêmico que trilhei. Agradeço à minha namorada pela paciência, cuidado e dedicação durante todo o processo de escrita. Gratidão aos meus amigos, que leram por diversas vezes os parágrafos que compõem essa escrita, por indicações de entrevistas, pela companhia e carinho.

Ao Marco Antonio Perruso, meu orientador, eternos agradecimentos. Foi um longo período de dúvidas e muita pesquisa, sempre se manteve presente, disponível e acessível. Seus conhecimentos foram de absoluta importância durante esses anos. Obrigada pelo companheirismo, dedicação, por ter me encorajado por todo o caminho.

Agradeço aos meus professores e professoras de graduação e mestrado, em especial à Nalayne Pinto, que me socorreu em tantos momentos durante os momentos preliminares da pesquisa, à Carly Machado pelos ensinamentos mais carinhosos e cuidadosos e ao José Claudio, por ser um exemplo de persistência em pesquisa em campos estigmatizados. Agradeço também à Soraya Simões, por todo seu conhecimento compartilhado em suas pesquisas e por participar do momento de defesa do presente trabalho.

Eterna gratidão a todas as mulheres que se dispuseram a participar das entrevistas. Exemplos de perseverança e força em uma sociedade patriarcal, machista, que condena aquelas envolvidas no trabalho sexual. Agradeço especialmente à Addara, seus esforços e determinação são inspiradores. Participar na luta pela defesa dos direitos das *Sex Workers* foi e é indispensável para todas as mulheres e feministas.

Por fim, agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por ter sido muito mais que apenas uma instituição de ensino de excelência. Ela foi e é um lar e refúgio para mim e todos os seus alunos. Por ter sido ambiente de grande autoconhecimento, carinho e amadurecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O trabalho sexual tende a se apresentar como tema de diversas interpretações que incluem perspectivas positivas e negativas ao seu fazer. A isto pode-se incluir a dicotomia da prostituta vítima social x prostituta empoderada sexualmente. Diferentes perspectivas de estudos feministas e dos movimentos feministas oferecem, consequentemente, diferentes concepções acerca do objeto que, somadas às vozes das próprias prostitutas como agentes sociais, originam um amplo campo de discussão. Além disso, com a popularização da *internet*, das redes sociais, com o advento do capitalismo de plataforma e da pandemia do coronavírus, múltiplos profissionais informais tiveram de adquirir novos meios de obtenção de renda, incluindo as trabalhadoras性uals. Nesse quadro que se mostra de grande complexidade, este trabalho tem por interesse apresentar discussões do campo feminista por meio de certo levantamento bibliográfico e da análise de alguns *sites* feministas, colocando as respectivas interpretações em diálogo com as experiências de profissionais do sexo compiladas por meio de entrevistas qualitativas. Dessa forma, o estudo se propõe a analisar os desafios ocasionados pelas mudanças no mercado de trabalho da prostituição, no âmbito dos estudos e movimentos feministas, bem como do próprio universo do trabalho sexual.

Palavras-chave: Prostituição. Feminismo. Internet.

ABSTRACT

Sex work tends to present itself as a subject of diverse interpretations that include positive and negative perspectives to its doing. This can include the dichotomy of the social victim prostitute x sexually empowered prostitute. Different perspectives from feminist studies and feminist movements offer, consequently, different conceptions about the object that, added to the voices of the prostitutes themselves as social agents, give rise to a wide field of discussion. In addition, with the popularization of the internet and social networks with the advent of platform capitalism and the coronavirus pandemic, multiple informal professionals had to acquire new means of collecting income, including sex workers. In this context, which is of great complexity, this work is interested in presenting discussions in the feminist field through a certain bibliographic survey and the analysis of some feminist websites, putting their respective interpretations in dialogue with the experiences of sex professionals compiled through qualitative interviews. In this way, the study proposes to analyze the challenges caused by changes in the labor market of prostitution, within the scope of studies of feminist movements, as well as of the universe of sex work itself.

Keywords: Prostitution. Feminism. Internet.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - ANÁLISES DO INSTRUMENTO DE PRAZER.....	20
1.1 A prostituição em linhas gerais.....	20
1.2 Prostituição e feminismos.....	22
1.3 Movimento de prostitutas e feminismos	28
CAPÍTULO II: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS ENTRE A PRÁTICA E A TEORIA	31
2.1 <i>Sites</i> feministas e suas respectivas interpretações acerca da prostituição	31
2.2 A voz das envolvidas	36
2.3. Reflexões Pessoais: Desenvolvendo Perspectivas	47
2.3.1 O trabalho informal e o sexo.....	49
2.4. Considerações Finais	64
CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS	86

INTRODUÇÃO

Me aproximei do campo da prostituição de diversas formas: através de movimentos sociais, coletivos feministas e em meio ao acaso. Estive mais presente no universo dos coletivos feministas a partir de minha entrada na universidade, entretanto, mesmo antes disso, já possuía contato com os principais pontos da causa. Dessa forma, me inseri no grupo feminista da UFRRJ “Me Avisa Quando Chegar”, bem como participei de um curso de formação intitulado “Mulheres e Economia” desenvolvido pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul¹ (PACS).

Contudo, acredito que o fato que mais impulsionou o meu interesse nesse campo como meio de pesquisa se relaciona a uma ocasião na qual, em uma viagem, enquanto passava de ônibus pela madrugada de São Paulo, vi através da janela uma garota de programa, provavelmente esperando seu próximo cliente.

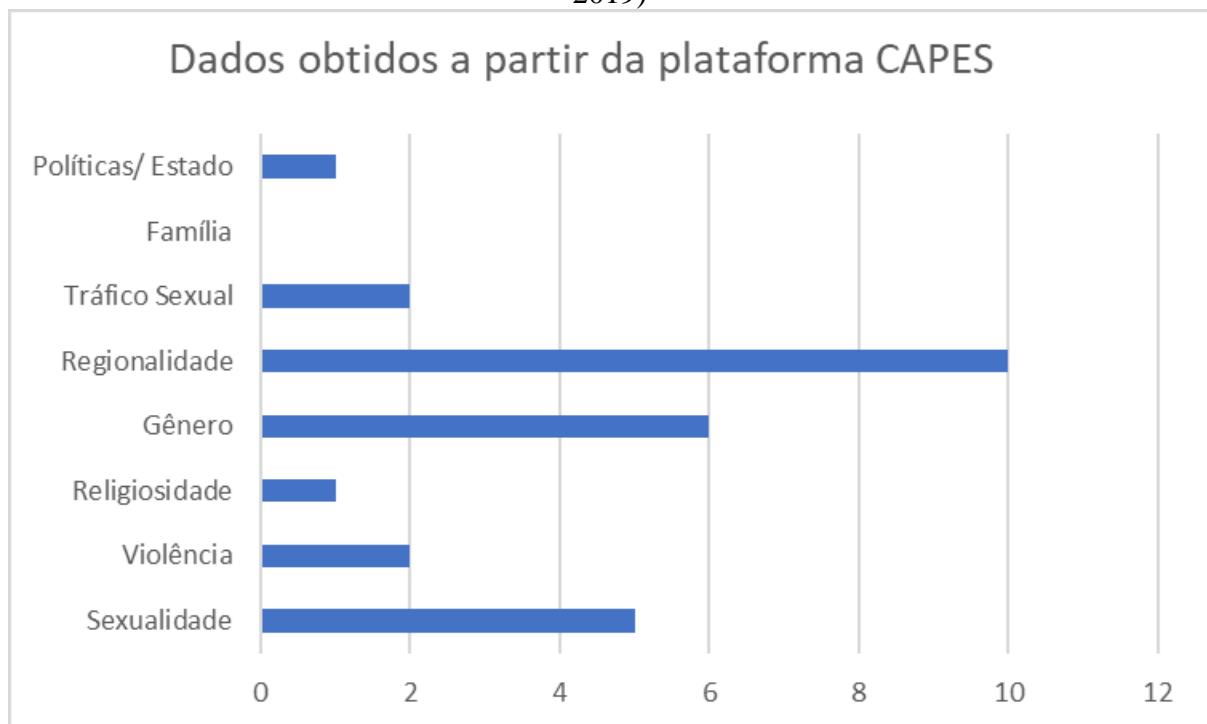
Não é como se naquele momento houvesse um letreiro ou faixa que indicasse a ocupação da jovem, mas o contexto que incluía a baixíssima temperatura no momento, suas roupas muitíssimo curtas, saltos altos, a maquiagem forte, o fato de estar completamente sozinha em uma via vazia em meio à madrugada, seu aparente estado de alerta... fatores que combinados despertaram minha atenção imediatamente e desde então não deixam minha mente, mesmo tendo ocorrido há quatro anos.

A partir disso, aliado à preexistente familiaridade com o tema a partir do contato com o movimento feminista, tomei o campo do trabalho sexual como objeto de pesquisa. Durante o processo de monografia (LIMA, 2019) realizei uma investigação bibliográfica a respeito das produções já existentes acerca da prostituição para então categorizá-las. Assim o objetivo teria sido o de efetuar um estado da arte sobre os estudos sociológicos na área do trabalho sexual. O resultado da pesquisa apontava que a maioria das análises envovia as temáticas de gênero e regionalidade, sendo esses os temas abordados mais profundamente no trabalho.

Alguns dos filtros incluídos na pesquisa monográfica incluíam o escopo de tempo de 10 anos - de 2009 a 2019 -, produções realizadas no Brasil, em português e na área das ciências sociais. Somados os trabalhos gerados na investigação bibliográfica, o total de resumos apresentados foram de 31, onde, como já dito anteriormente, dentre diversas categorias – como religiosidade, tráfico sexual, violência, sexualidade, família e política/ Estado – as mais frequentes e finalmente analisadas foram as de gênero e regionalidade.

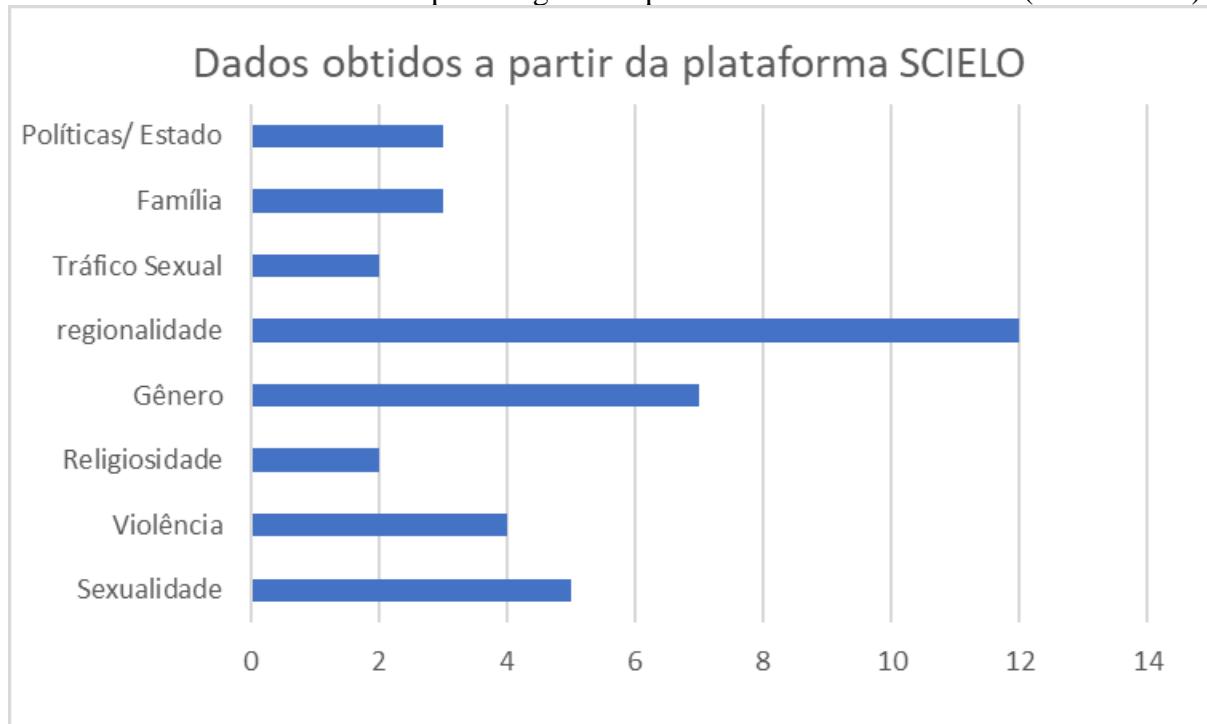
¹ <http://pacs.org.br/>

Gráfico 1 - Número de resumos por categoria na plataforma acadêmica CAPES (2009 a 2019)



Fonte: LIMA, 2019, p. 14.

Gráfico 2 - Número de resumos por categoria na plataforma acadêmica Scielo (2009 à 2019)



Fonte: LIMA, 2019, p. 15.

Em termos de conclusão, a pesquisa demonstrou que o trabalho do sexo possui características específicas que se adaptam ou alteram de acordo com o ambiente – em termos geográficos – em que se encontra inserido. Sendo prática considerada “comum” em regiões urbanas a partir da intensa circulação monetária, também opera de maneira particular em meio rural de acordo com cada círculo regional distinto. No que tange à relação entre prostituição e a categoria de gênero, nota-se que as mulheres envolvidas na prática trazem em suas vivências certo peso gerado a partir das expectativas impostas às mesmas a partir de seu gênero. Ao passo que rompem com tais cenários – que atribuem ao gênero feminino o controle sexual de cunho social – se encontram em um ir e vir nos limites da moralidade (SILVA; SAMPAIO, 2014 *apud*. LIMA, 2019).

No decorrer do estudo, alguns relatos por parte das prostitutas apontavam que elas apenas trabalhavam nesse meio por falta de oportunidades em outras áreas, contrastando com determinadas perspectivas de análise – como a do feminismo liberal –, que apontavam a prostituição como uma ocupação livre de pressupostos negativos. Esse ponto em particular teria me despertado grande curiosidade, já que não pude ter amplo contato com as agentes envolvidas na prática.

Com o mestrado e logo então a pandemia do novo coronavírus, se tornou perceptível algumas mudanças no cenário social e político, incluindo o mercado do trabalho do sexo. A partir do constante uso das plataformas digitais durante o tempo de isolamento social estabelecido no país, pude perceber como essas mesmas plataformas se tornaram meios de publicidade e vitrines para as trabalhadoras do sexo. A divulgação da venda de pacotes de fotos eróticas, grupos de compartilhamento de conteúdo adulto e vídeos sobre o dia a dia de “blogueiras” prostitutas chamaram minha atenção. Sendo assim, percebi que poderia ser muitíssimo profícuo pôr em diálogo as agentes do mercado sexual com as elaborações das teorias feministas desenvolvidas juntas aos movimentos sociais.

Cabe registrar que o trabalho sexual masculino também faz parte da realidade brasileira, tanto nas plataformas digitais, sites de vendas de conteúdo adulto e aplicativos de *smartphones* quanto das boates e esquinas do país. Apesar disso, tendo em vista a lógica patriarcal sob a qual as mulheres se encontram submetidas, o foco de pesquisa se dará sobre elas. Seguindo sob essa ótica, um meio de trabalho que envolve a liberdade sexual e o gênero feminino, as envolvidas seriam, então, os principais alvos de estigmas. Dessa forma, motiva maior interesse de estudo de minha parte.

No decorrer do estudo, tive a oportunidade de conhecer diferentes personagens que em muito agregaram ao conteúdo analítico em termos de construção imagética. Devido à estigmatização presente no campo do trabalho sexual, infelizmente a maioria das envolvidas não se mostrou confortável em participar da entrevista que se encontra anexada à pesquisa. Entretanto, suas histórias constituíram rico material para as minhas análises. Sem dúvidas, a investigação sobre o mercado do sexo modificou intensamente minhas percepções iniciais, que ainda se moldam conforme o andamento da temática.

O trabalho do sexo sempre foi palco de diversas interpretações, sendo estas favoráveis ao seu fazer ou não. Análises de estudos de feministas de diferentes vertentes oferecem múltiplas perspectivas, como Fabiana de Souza (2013, p.1) afirma: “ora a prostituta é percebida como escrava sexual destituída de agência, outrora como agente que subverte a ordem sexista”. A título de exemplo, considerando o feminismo radical, a prostituição é compreendida como a expressão máxima de dominação do gênero masculino sobre o feminino, o ponto alto dos desdobramentos do patriarcado, onde a mulher venderia seu corpo a um homem. O feminismo liberal, sendo seu maior opositor nesta questão, comprehende o trabalho do sexo como um trabalho como tantos outros, recorrendo à lógica da liberdade individual de escolha como forma de legitimar sua pauta. Em contrapartida, o feminismo negro desempenha uma análise ainda mais profunda acerca dos desdobramentos do trabalho sexual, considerando que historicamente mulheres negras foram e ainda são sujeitos que recorrem a esse tipo de trabalho com maior frequência devido à hiperssexualização de seus corpos, fato presente como uma das características mais notáveis do racismo estrutural alojado na sociedade.

O tema da prostituição envolve diversas interpretações presentes nos estudos feministas vinculados ao movimento feminista. Isso, por sua vez, causaria constantes cisões, considerando que a prostituição coloca a sexualidade feminina em pauta em termos políticos (SILVA, 2017). Análises a respeito dos debates inseridos no meio feminista mostram que há uma grande necessidade de se ouvir as mulheres que se dispõem a trabalhar com o sexo para que seja possível um melhor entendimento acerca do tema, ainda tão estigmatizado no imaginário popular.

Essa perspectiva engloba desde a busca de um entendimento holístico sobre o tema até mesmo iniciativas para políticas públicas em um Estado que se ausenta de um posicionamento quanto à prostituição em termos gerais. Parte-se do pressuposto que, mesmo que a prostituição seja reconhecida como uma profissão dentro da lista de trabalhos emitida pelo governo brasileiro (BRASIL, 2010, p.174), o ofício se encontra marcado por dispositivos sociais tais

como a polícia, que por diversas vezes aplica um tratamento ostensivo para com as sex workers, contribuindo para a manutenção do estigma marginal da profissão (TAVARES, 2015).

Além disso, mesmo reconhecendo o trabalho do sexo como profissão, a legislação brasileira é compreendida como abolicionista, como bem afirma Barreto, Grossi e Mayorga (2013, p. 4), uma vez que “assinou em 1951 o Tratado Abolicionista Internacional da ONU, e a legislação nacional entende como legal a prostituição, mas ilegais os empreendimentos vinculados a esta e também o rufianismo”.

Dessa forma, é interessante considerar como a lógica abolicionista sequer comprehende a prostituta como sujeito capaz de refletir acerca de sua posição. A partir de 2011 esse posicionamento adquiriu nova face ao tomar por motivação de sua empreitada o entendimento de que muitas mulheres que então se voltavam para a prostituição como forma de sobrevivência, assim o fazem por questões relativas a problemas familiares, abusos psicológicos e violência doméstica (TAVARES, 2015, p. 5). Dessa forma, a prostituição seria compreendida como forma de fuga das diversas expressões da violência contra a mulher (SOUZA, 2013, p. 6).

Considerando as concepções patriarcas presentes na sociedade, que impõem à mulher o papel de indivíduo voltado à vida privada e reprodutiva (HIRATA, 2018), o homem é o sujeito da vida pública, com sua vida sexual livre de pressupostos tão estigmatizantes quanto os que são atribuídos ao gênero feminino.

No instante em que essas mulheres rompem com esse discurso específico ao trabalharem com o sexo, a prostituição então é incorporada como um tema fantasma, considerando que essa posição traria consigo características que não condizem com a lógica patriarcal de gênero que é colocado sobre as mulheres normativamente. Essa perspectiva pode então ser considerada a partir da percepção comum da prostituta enquanto mulher extravagante, irracional e, acima de tudo, pública (RAGO, 2016, p.29).

É igualmente importante considerar o quanto os debates feministas acerca da prostituição pouco mencionam as transformações que têm ocorrido dentro do campo do trabalho do sexo de forma mais ampla. Considerando novas necessidades apresentadas na contemporaneidade, novas formas de mercantilização dos desejos sexuais têm adquirido espaço, como por exemplo através das novas tecnologias de *apps* de *smartphones* e plataformas online.

Pouco se tem discutido sobre mulheres que produzem conteúdo adulto via *internet* por meio de *sites* que os monetizam. Esse novo campo inclui *sites* como o *Câmera Privê, Girls*

*Pack*² e o mais popular no momento, o *Only Fans*. Além disso, algumas mulheres também disponibilizam seus conteúdos em grupos de *WhatsApp* fechados e/ou em uma lista de “melhores amigos”³ no aplicativo *Instagram*.

Nesses espaços as mulheres possuem a possibilidade de vender tanto *packs*⁴ de imagens de partes do corpo quanto comercializar seus pelos pubianos, roupas e sapatos usados, cílios postiços usados, saliva e até mesmo gotas de suor por um valor pré-estipulado. Dessa forma podemos observar transformações nas práticas que envolvem o trabalho do sexo e do erótico, como bem coloca Passos e Almeida-Santos (2020):

A comunicação digital gerou impacto na forma como os indivíduos organizam suas vidas, conduzem os relacionamentos e realizam as transações comerciais. Em relação ao trabalho sexual, houve migração para plataformas on-line, com consequente declínio dos dois mercados tradicionalmente predominantes: os de rua e as instalações gerenciadas para comércio do sexo sob a forma de bordéis, apartamentos ou saunas. A indústria do sexo operada através de tecnologias virtuais é representada por serviços de venda on-line mediante webcam, venda de fotos e vídeos; ou publicidade, marketing e organização do trabalho para facilitar os serviços e organizar encontros off-line – ou seja, presenciais. (PASSOS e ALMEIDA-SANTOS, 2020, p. 4238)

Desse modo, com o avanço das tecnologias bem como dos novos ideais imagéticos, o campo do trabalho sexual tem se remodelado ao ponto de perpassar limites discriminatórios comuns, passando a ser compreendido como fonte de renda de diversas mulheres (SILVA, 2017, p.7). Muitas dessas agentes que atuam a partir da *internet* também divulgam abertamente seu trabalho através de diversas plataformas, como o aplicativo para celular *Tiktok*⁵. Nesse aplicativo, elas gravam vídeos respondendo perguntas ou interagindo com seus seguidores através de danças.

Por outro lado, outras mulheres que não trabalham especificamente com o sexo via *internet*, mas com a prostituição “tradicional”, ainda utilizam essa plataforma para divulgar seus serviços, bem como presentes que tenham ganhado de clientes e até mesmo compartilhar como é a vida como prostituta. Assim, é possível notar como a prostituição abrange transações que incluem mais que o fator financeiro, onde a esfera de comercialização sexual na verdade circunda uma atmosfera de atividades tanto sexuais quanto afetivas orientadas por negociações

² Sites de venda de conteúdo adulto.

³ Esse grupo funcionaria como forma de selecionar, dentre seus seguidores, aqueles que poderiam ter acesso à conteúdos exclusivos e, possivelmente, também explícitos.

⁴ Termo frequentemente utilizado por mulheres que trabalham com conteúdo adulto para se referirem a fotos vendidas via *internet*.

⁵ Aplicativo de *smartphones* de compartilhamento de vídeos curtos.

em prol de trocas que possam envolver dinheiro ou recursos simbólicos (BARRETO, GROSSI e MAYORGA, 2013, p.1).

O trabalho sexual via *internet* também ganha destaque especial a partir da pandemia do novo coronavírus, uma vez que a atividade tradicionalmente pressupõe contato físico e troca de fluidos corporais. Isso, por sua vez, violaria as recomendações da Organização Mundial da Saúde no que tange ao distanciamento e isolamento social. Ou seja, com sua fonte de renda afetada, aliada ao risco sanitário ao qual estariam sujeitas, o que, agravado pelo fato de o trabalho sexual tradicionalmente já possuir uma carga intensa de estigmas, torna o recorrer a serviços de saúde uma preocupação e estresse adicional nesse contexto (PASSOS e ALMEIDA-SANTOS, 2020).

Nesse enquadramento, me proponho a desenvolver nesse trabalho uma comparação entre as maneiras pelas quais os estudos e movimentos feministas compreendem a prostituição em seus moldes tradicionais e as formas como tanto as pesquisas quanto os movimentos interpretam o trabalho do sexo a partir de suas novas facetas na atualidade.

Assim, levando em consideração os desdobramentos para a profissão que envolvem a *internet*, será de suma importância captar como as análises executadas pelos estudos feministas conseguem incluir em seus debates o trabalho sexual em seu modelo contemporâneo. Além disso, levando em conta o contexto histórico atual abrangendo a pandemia do novo coronavírus e seus possíveis desdobramentos nos modos de garantir a sobrevivência e obter mais capital.

Um dos objetivos é de investigar como os estudos feministas e movimentos feministas se debruçam sobre o trabalho sexual em suas modificações contemporâneas. Outro objetivo é comparar como os estudos e movimentos feministas tratam especificamente de tais alterações envolvendo a *internet* e a pandemia do coronavírus. Por fim, outro objetivo é analisar como essa profissão tem adquirido novos meios de se perpetuar na sociedade através do tempo, analisando os estudos feministas e os movimentos feministas acerca do tema do trabalho sexual, por fim comparando-os com a prática empírica através de entrevistas semiestruturadas.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho será de unir os pontos supracitados e compará-los com as próprias vozes das trabalhadoras inseridas na área. A hipótese para o trabalho parte do pressuposto de que os estudos acerca dos movimentos feministas deixam de compreender as modificações que seu campo de pesquisa tem sofrido, até mesmo ao pensar em termos “situacionais”, como menciona Freire (1970 apud., SOUZA, 2013), onde a prostituição pode ser um estado passageiro e não uma sentença permanente de vida.

A pesquisa se alicerça em três pilares: uma certa revisão bibliográfica sobre estudos feministas e prostituição, com pesquisadoras do campo de estudos do trabalho sexual – como por exemplo Margareth Rago (2008 e 2016) e Adriana Piscitelli (2013) - destacando certos acúmulos intelectuais e políticos do movimento feminista; reflexões produzidas por alguns coletivos feministas e finalmente, a voz de trabalhadoras do sexo. O caminho metodológico trilhado no presente trabalho inclui a utilização de entrevistas qualitativas com mulheres que estejam inseridas no campo do trabalho sexual. A análise também será subsidiada com a presença de imagens de perfis de garotas de programa de modo que as vozes das trabalhadoras sejam bem delineadas.

O estudo se apresentará de forma qualitativa, ao passo que não tenho por objetivo desempenhar uma análise extensa e quantitativa sobre os espaços citados anteriormente, mas sim privilegiar a tentativa de unir os âmbitos e colocá-los em diálogo. Essa necessidade parte do pressuposto de que, por se tratar de um tema amplamente estigmatizado, possivelmente será mais promissor relacionar os meios de análise e propor o exame da teoria, em diálogo com a empiria, a partir da percepção da agência das envolvidas através das entrevistas.

É igualmente fundamental apontar que o âmbito do feminismo é atravessado por diversos posicionamentos que, por múltiplas vezes, podem ser opostos. Fato esse que se estende ao tópico da liberdade sexual feminina, que por sua vez gera constantes cisões no movimento (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 124).

Além disso, também estão presentes perfis de mulheres que vendem pacotes de imagens ou vídeos de conteúdo adulto por um preço previamente estipulado em plataformas digitais e/ou aplicativos de celular. O uso da ferramenta de *print screen* se faz necessário à medida em que o teor do conteúdo compartilhado se encontra nos limites das políticas de privacidade das plataformas utilizadas, uma vez que se trata de material de cunho sexual, frequentemente explícito. Dessa forma, pretendo igualmente desenvolver uma pequena etnografia virtual com foco em imagens, vídeos de plataformas digitais e aplicativos.

O primeiro capítulo do presente trabalho vai apresentar um estado da arte de certa parte do campo de estudos feministas a respeito da prostituição. Os autores e autoras escolhidos para orientar o debate estão aqui colocados por serem figuras que trabalham com frequência os temas citados ao longo da pesquisa. Esse capítulo também apresentará certas vertentes do movimento feminista e como tratam a questão da prostituição. A investigação se dará através de fontes bibliográficas acadêmicas, majoritariamente, e *sites* de entidades feministas que possuam notoriedade na discussão do tema.

O segundo capítulo tem por pretensão discutir o quadro de transformações e limites da prostituição a partir de sua relação com a *internet*, as redes sociais, a “uberização” de serviços e a pandemia. Para tanto, utilizarei como base algumas entrevistas qualitativas que serão anexadas ao trabalho, desenvolvendo uma análise dos distanciamentos e aproximações, com os diagnósticos desenvolvidos pelos estudos feministas o que observo da voz das envolvidas. Por fim, com a conclusão que se segue após a pesquisa ser realizada, aponto um diagnóstico quanto à apresentado na relação entre a teoria e a empiria.

CAPÍTULO I - ANÁLISES DO INSTRUMENTO DE PRAZER

1.1 A prostituição em linhas gerais

Considerando as diferentes percepções que são aplicadas ao campo do trabalho sexual, nessa seção recorrerei à uma contextualização histórica do tema da prostituição às vistas de compreendê-lo com maior facilidade. A prostituição é considerada popularmente como a “profissão mais antiga do mundo”, fato esse que propôs uma série de estigmas e preconceitos a mulheres que atuavam na área. Considerando o espaço de tempo existente entre o início das noções de existência e prática da prostituição e o século XXI, é natural que mudanças e transições sejam cabíveis quanto à maneira de compreender a prática do trabalho do sexo. Tendo isso em vista, ao longo desse capítulo me atentarei à influência e aos impactos causados pela interferência dos movimentos feministas nesse campo em específico.

Para além, é preciso considerar como o comércio do sexo possui a habilidade de expor de maneira aberta “as relações de poder entre homens e mulheres e a moral sexual de cada período histórico” (PARADIS, 2018, p.1). À vista disso, nessa seção abordo a compreensão histórica e política sobre o trabalho sexual, buscando um entendimento mais profundo sobre o tema.

O fortalecimento das discussões políticas acerca da prostituição ganhou espaço no século XIX, considerando o contexto socioeconômico da época com o então vigente capitalismo industrial, contando também com ações puritanas que percorriam a Europa na época. Assim, o discurso sanitarista que envolvia o trabalho do sexo, além da forte onda abolicionista advinda do feminismo daquele período histórico (PARADIS, 2018, p. 2), contribuíram para a associação da prostituição com noções como de “impureza” e “doenças”.

Atualmente verificam-se três linhas gerais que circundariam as problemáticas relativas à prostituição, sendo estas: a abolicionista/proibicionista, a regulamentarista e a laboral. A partir desses eixos e perspectivas, se engendram estudos e militâncias que advogam por suas leituras, seja por meio de pesquisas científicas, seja através de movimentos sociais (BARRETO, GROSSI e MAYORGA, 2013).

A perspectiva proibicionista percebe a prostituição como objeto digno de pena e/ou crime, incluindo também não apenas a prostituta em si, mas todos os possíveis indivíduos envolvidos na prática. A ramificação da perspectiva proibicionista, a abolicionista, concebe que a agente deva ser compreendida enquanto vítima, portanto, deve ser “resgatada” desse “mal

social” incontrolável que ameaça a moral de toda a sociedade. Ambas análises tem por objetivo a erradicação da prática da prostituição bem como do tráfico de mulheres e da pornografia (BARRETO, GROSSI e MAYORGA, 2013 apud. WIJERS, 2004, p. 3).

Nesse enquadramento é importante considerar que a legislação brasileira se posiciona de forma abolicionista, onde a prostituição em si é legalizada, contudo as práticas que circundam esse exercício são, por sua vez, compreendidas como ilegais. Aliado a isso estão alguns atores que agem corroborando esse posicionamento, como por exemplo a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Ambas entidades se posicionam de forma abolicionista com cunho moralizante, principalmente por parte da Pastoral, que tem seus princípios cristãos enraizados, enquanto a Marcha concebe a prostituição como o comércio do corpo e sexualidade feminina (BARRETO, GROSSI, MAYORGA, 2013, p.4).

A Pastoral da Mulher Marginalizada faz parte da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, possuindo missão evangelizadora com relação às mulheres em situação de prostituição há 50 anos. Alguns de seus principais objetivos, de acordo com a página digital da arquidiocese de São Paulo⁶, incluem fortalecer a autoestima da mulher para a então “descoberta” de seus dons e talentos para novos caminhos; conscientização; incentivo ao protagonismo; auxílio no crescimento da fé através da espiritualidade etc.

A Marcha Mundial das Mulheres⁷ acredita na “construção de uma nova identidade coletiva das mulheres” a partir da experiência feminista. Esse processo então incluiria a “desmercantilização da sexualidade” feminina, abrangendo a participação, formação e radicalização do movimento; Dentro da concepção do movimento, o trabalho sexual é uma forma ativa de subordinação, bem como de venda do corpo das mulheres, estreitamente ligado ao sistema capitalista. Afirmam igualmente que o trabalho de prostituição estaria intimamente relacionado à rede de tráfico de drogas⁸.

Por outro lado, o caráter regulamentarista tem por orientação a perspectiva de que o exercício do trabalho sexual deveria ser controlado a partir de leis e políticas. De forma geral,

⁶ MISSÃO. Arquidiocese de São Paulo, 20 de abr. de 2015. Disponível em: <arquisp.org.br/organizaopastoral/coordenacao-pastoral-do-servico-da-caridade-justica-e-paz/pastoral-da-mulher-marginalizada/missao>. Acesso em: 25 de out. de 2022.

⁷ QUEM SOMOS. Marcha Mundial Das Mulheres, 2013. Disponível em: <www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos>. Acesso em: 25 de out. de 2022.

⁸ COMUNICADORAS. Campanha “Nosso Corpo Não Tá Pra Jogo!” Mobiliza Mulheres No Rio de Janeiro. Marcha Mundial Das Mulheres, 19 de ago. de 2016. Disponível em: <www.marchamundialdasmulheres.org.br/campanha-nosso-corpo-nao-ta-pra-jogo-mobiliza-mulheres-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

países que adotam esse tipo de posicionamento incluem em seus protocolos alguns exames de rotina e de fato regulamentam a atividade através da legislação e registros em delegacias de polícia (BARRETO, GROSSI e MAYORGA, 2013 apud. WIJERS, 2004, p. 3 e 4).

Outro perfil de análise que deve ser considerado é o laboral, que, em contrapartida, comprehende a *sex worker* como trabalhadora, uma vez que esta é entendida como indivíduo político, que tem posicionamentos orientados através de movimentos de sua categoria. Um dos principais objetivos dos grupos organizados dessa categoria seria o de dissolver o estigma existente na prática do trabalho sexual – onde se perceberia uma ligação direta entre a prostituição e a exploração/ escravidão sexual. Além disso, também tem por interesse propor uma análise que perceba as agentes como sujeitos profissionais (BARRETO, GROSSI e MAYORGA, 2013 apud. WIJERS, 2004).

Essa linha se identifica como a mais presente dentre a própria categoria, defendida por Gabriela Leite – personagem marcante da história da prostituição (BARRETO, GROSSI e MAYORGA, 2013 apud. WIJERS, 2004).

1.2 Prostituição e feminismos

Nessa parte, aponto com maior profundidade as perspectivas de diferentes vertentes do feminismo a fim de viabilizar um olhar mais abrangente quanto ao campo do trabalho sexual e como o mesmo teria sido compreendido no meio acadêmico. Sendo assim, ao considerar estudos científicos mais recentes a respeito da prostituição, ainda é possível perceber que as estruturas presentes no trabalho do sexo não se alteraram essencialmente. Isso não significa que não teriam ocorrido mudanças, mas que a natureza da compreensão da prática desse trabalho ainda possui algumas marcas inalteradas. Dessa forma, é possível ainda observar que questões como a da moralidade, a questão sanitária, a promiscuidade, etc., continuam relacionadas intrinsecamente à prática do meretrício.

Tendo isso em conta, em alguns periódicos acadêmicos, como a Revista de Estudos Feministas⁹, a Revista Cadernos Pagu¹⁰ e outros, é possível encontrar artigos que tratem do tema do trabalho do sexo. Como mencionado anteriormente, é imprescindível saber que nos estudos relativos à prostituição existem diversos discursos que atravessam a prática

⁹ <https://periodicos.ufsc.br>

¹⁰ <https://www.pagu.unicamp.br/es/cadernos-pagu>

constantemente, principalmente no que tange à imoralidade e vulnerabilidade desses indivíduos.

Atualmente existe uma variedade de serviços que envolvem o erótico e o sexo das mais diferentes formas, seja através da *internet*, de revistas ou de vídeos além da forma tradicional como bem aponta Adriana Piscitelli (2013). A estudiosa menciona que há uma relação nebulosa entre a prática da prostituição e os serviços sexuais mencionados anteriormente, ao passo que alguns deles podem ou não ser considerados parte do conceito da prostituição em si, como por exemplo a troca de presentes e bens materiais em uma relação classificada como *sugar*¹¹. Essas relações possuem estruturas específicas que contribuem para que os agentes envolvidos não as compreendam como inseridas em um ciclo de prostituição.

Em termos gerais, o trabalho do sexo existe a partir de uma base que tem raízes na busca por melhores condições de vida, considerando indivíduos que coexistem em ambientes de pobreza, por muitas das vezes, além de diversas situações de preconceito marcadas pelas desigualdades sociais. No que tange ao grupo de feministas que não vê elementos emancipatórios no trabalho sexual, encontram-se as feministas neoabolicionistas.

Como já mencionado anteriormente, o grupo de abolicionistas comprehende essa categoria de trabalhadoras como vítimas de exploração. Em contrapartida, há quem considere o sexo como meio de poder contra a dominação masculina (PISCITELLI, 2013). Além disso, apesar dos pontos considerados, essa autora afirma que “o processo de negociação da intimidade e da moralidade não está livre de tensões” (PISCITELLI, 2013, p. 4).

Elisiane Pasini (2005) contribui ao debate na medida em que realiza um compilado com posicionamentos de feministas que se encontram nos dois diferentes blocos que atravessam o campo dos estudos de prostituição que venho afirmado ao longo do trabalho: prostituição enquanto dominação e prostituição enquanto ato de escolha.

A declaração de ambos os grupos não se afasta dos pontos apresentados anteriormente, com a presente noção da existência de um sexo biológico e a questão da dominação patriarcal. Para além, ainda é possível detectar noções que se associam a recursos de sobrevivência por parte dessas agentes. Pasini ainda aponta que feministas radicais tendem a associar o trabalho

¹¹ Os termos “*sugar daddy*” e “*sugar baby*” se referem a um tipo de relação movida por interesses específicos, onde o “*daddy*” (fazendo alusão ao significado direto da palavra em português, “pai”), se torna responsável financeiramente pela “*baby*” (bebê, em português). O *daddy* pode dar presentes de luxo como carros, apartamentos, ou até mesmo ser a principal fonte de renda da *baby*, que consequentemente atua como acompanhante, namorada ou se enquadra em qualquer tipo de expectativa acordada entre ambos.

sexual à escravidão, abuso e violência, com a venda da mulher, sua imagem e seu corpo (2005, p. 3).

A relação entre os corpos femininos inseridos no trabalho sexual e a consequente sexualização de seus corpos que tanto provocam a atenção do feminismo radical e das vertentes abolicionistas e proibicionistas, colocaria em situação de fragilidade – de acordo com essas perspectivas – a assimilação desses indivíduos enquanto agentes civis, logicamente dignas de direitos (SULLIVAN, 1995 apud. RODRIGUES, 2010).

Seguindo essa lógica, o fato de haver uma ligação econômica/mercantil entre homens e o acesso ao corpo de mulheres seria então válido para a manutenção da incessante dominação masculina na sociedade patriarcal, havendo uma relação de “estabelecimento de poder público e privado sobre as mulheres” (PATTEMAN, 1988 apud. RODRIGUES, 2010, p. 6).

Inserido no feminismo radical ainda haveria uma distinção de perspectivas no que concerne a relações sexuais entre homens e mulheres que consequentemente se alojam na temática da prostituição. Essas seriam as denominadas: “romântica” e “anti-sexo”. A “romântica” acreditaria que relações sexuais deveriam incluir indivíduos com afetos recíprocos, enquanto a perspectiva feminista radical “anti-sexo” propõe que todas as práticas性uais são reflexos da dominação masculina (CHAPKIS, 1997 apud. RODRIGUES, 2010).

Em contrapartida, feministas liberais ou contratualistas (PASINI, 2005) tendem a pensar o mercado do sexo como parte de um conjunto de escolhas que, assim como em qualquer outra profissão, possui seus prós e contras em um sistema de trabalho capitalista às vistas de transações comerciais (PASINI, 2005). O discurso que sustenta a prostituição enquanto trabalho é o mais recorrente dentre os estudos recentes, além de ser igualmente uma afirmação das próprias agentes envolvidas nesse mercado.

Um ponto central que se associa a esse posicionamento diz respeito ao fato de que, embora haja feministas abolicionistas afirmado que o corpo da mulher estaria à venda, Pasini afirma em sua pesquisa que as entrevistadas não concordam com tal ponto de vista. Para elas, seu corpo não estaria sendo colocado à venda, mas apenas seu tempo de trabalho, há um “aluguel por sacanagens em troca de grana” (PASINI, 2005, p.4).

O grande ponto de diferenciação seria, então, o entendimento das agentes enquanto emancipadas para estabelecer regras, horários, bem como um limite entre o possível e o impossível dentre o que poderiam fazer ou não dentro de seu campo de trabalho. A autonomia desponta como fator determinante para a compreensão total da prostituição. Não significa especificamente que a trabalhadora detém o completo poder naquela transação com seu cliente,

ao passo que há margem para negociação em ambos os espaços, contudo desconsiderar a capacidade de autogoverno da agente do sexo seria um equívoco (PASINI, 2005).

A autonomia da mulher que se prostitui transcende a declaração das linhas feministas mais comuns já apresentadas anteriormente – liberal, radical – considerando outras vertentes com objetos de análise que abrangem outras dimensões sociais. O feminismo interseccional, como bem aponta Djamila Ribeiro (2015) indica uma série de lacunas deixadas pelo feminismo considerado “branco” ou europeu, ou seja, aquele que comprehende que todas as mulheres estejam sob o julgo das mesmas problemáticas, também em mesmo número e grau.

Dimensões como sexualidade, raça e gênero apenas se tornaram questões de análise posteriormente, tendo em Judith Butler grande nome de orientação dessas pontuações, que apenas futuramente seriam atribuídas à terceira onda do feminismo (BUTLER, 2003 *apud*. RIBEIRO, 2015). Ademais, é sempre importante considerar que as frentes feministas se mantêm em constante contato com diferentes panoramas, principalmente aqueles que fogem ao feminismo liberal - como os que apresentarei em seguida -, uma vez que esses seguem sendo subordinados às instituições dominantes (BARRÁGAN, 2016). De acordo com Miñoso:

[...] - as feministas negras e de cor – desenvolveram uma crítica implacável ao universalismo da categoria mulher da teoria feminista clássica, apontando que o que é tomado como teoria feminista é apenas um “ponto de vista” produzido pelas mulheres brancas que acessaram uma formação universitária graças aos seus privilégios de classe e raça. (MIÑOSO, 2020, p. 16)

A partir de Ribeiro (2015) analisando os estudos de Butler (2003), passa-se a considerar que mesmo dentro de um movimento de mulheres, a própria categoria exclui diversas formas de identidades em suas análises. Esse fato também é mencionado por Soujourner Truth (2014), abolicionista e ativista dos direitos das mulheres, que menciona a existência de fortes distinções no tratamento existente entre mulheres brancas e negras. Um expoente desse posicionamento surge em seu discurso *E eu não sou uma mulher?* impulsionado pelo fato de a luta feminista prever questões referentes à vida das mulheres brancas, ao passo que ela, enquanto mulher negra, percebia as problemáticas de forma deveras diferente (TRUTH, 2014). Fato semelhante também é referido por Grada Kilomba (2002, *apud*. RIBEIRO, 2015) ao afirmar que “a mulher negra é o outro do outro”.

Dessa forma, o feminismo promoveria a prática de dar voz a determinadas agentes sem efetuar uma autocrítica quanto a suas ações de razão racista e classista (SAFFIOTI, 1973 *apud*. RIBEIRO, 2015).

É importante considerar a condição de classe a que essas mulheres estão sujeitas. Tendo em vista que o perfil das envolvidas no trabalho sexual, em sua maioria, envolvia mulheres provenientes de classes trabalhadoras (PARADIS, 2018), isto revelaria então uma relação direta entre a busca pelo trabalho na prostituição e meio de sustento.

Como outro expoente nos estudos sobre o trabalho sexual e os estudos dos movimentos feministas, temos o socialismo utópico. Este seria forte crítico à prática da prostituição, ao passo que esse exercício seria considerado sinal de desintegração da construção moral da sociedade (DE MIGUEL, 2010, *apud*. PARADIS, 2018). Além disso, outras figuras deste socialismo, como Tristan (2009, *apud*. PARADIS, 2018) afirmam que a proposição do trabalho sexual seria a maior expressão de desigualdade de classe da sociedade, algo como a própria morte. Enquanto o homem trabalhador tem sua integridade mantida, a prostituição sequer é mencionada ou pensada como uma “verdadeira” profissão, mas sim compreendida como sinônimo do “lumpemproletariado”, da “vagabundagem” (MARX, 1990, *apud*. FEDERICI, 2017).

Concebendo essa perspectiva a partir dos conceitos de Marx, é possível notar o autor frequentemente deixava de mencionar a importância do caráter social da participação feminina na vida pública. Isso se torna visível a partir do fato de que “a emancipação das mulheres tinha uma importância periférica em seu trabalho político”, como bem aponta Silvia Federici (2017, p.4). Federici ainda complementa que por vezes as análises marxistas continham cunho moralista, onde a inserção feminina no mercado de trabalho - como por exemplo no setor fabril - poderia diminuir as mulheres moralmente, deixando-as “promíscuas”.

O processo de entrada no mercado sexual faria parte de um todo maior gerado pelas consequências do capitalismo, que tenderiam a se apropriar constantemente do tempo e do espírito das mulheres (FORTUNAI, 1997, *apud*. FEDERICI, 2017). A prerrogativa do feminismo marxista/socialista engloba uma visão da prostituição a partir de sua motivação, nesse sentido, a econômica-social. Ao passo que a fome e pobreza indicava o trajeto do trabalho sexual como possibilidade, essa seria então a alternativa viável para essas mulheres (PARADIS, 2018).

Caminhando juntamente a uma alternativa política-intelectual de classe, é de extrema relevância considerar que a perspectiva de gênero está fortemente presente nessas análises. O fato de as mulheres estarem historicamente subjugadas por homens também é central para a manutenção da prática da prostituição (PARADIS, 2018). Em resumo, criando uma associação entre ambos os espaços temáticos – a dominação masculina e as problemáticas referentes ao sistema de classe - a propriedade privada enquanto “instituição” teria sido então ponto medular

para a dissolução do matriarcado e consequentemente a instauração do patriarcado como regime social de poder (ENGELS, 1984, *apud*. PARADIS, 2018).

Dessa forma é possível observar a existência de um modelo de indivíduo visibilizado pelas pautas do movimento, sendo este: mulheres brancas heterossexuais de classe média (BANDEIRA, 2000, *apud*. RIBEIRO, 2015). É interessante perceber como esse fato se estende ao campo da prostituição: entre essa camada já considerada desviante da sociedade (BECKER, 2008) onde há a presença dessa estratificação de raça e sexualidade entre as inseridas. Rago (2008) aponta que mesmo nas proibições impostas pelas instituições sociais – neste caso a policial – relacionados aos espaços que eram pontos de prostituição, aqueles que não fossem ligados a meretrícios de luxo e não possuíssem a “aparência correta” – vestimentas caras, mulheres brancas, bem maquiadas – não poderiam exercer suas ocupações ou seriam repreendidas.

Há também uma emergente vertente, que foge da mesma forma das linhas mais “populares” do movimento feminista, o feminismo decolonial. Esse conceberia práticas que forneceriam maior autonomia e protagonismo das agentes que antes foram silenciadas pelas ações das instituições colonizadoras, rompendo com o patriarcado colonial.

Haveria, portanto, uma problemática quanto à forma de relacionar problemas próprios da sociedade e um possível suporte por parte do Estado, considerando que estes possuiriam um precedente de ações que não promoveriam incentivo à autonomia e reconstrução das identidades históricas dos cidadãos (SEGATO, 2012). Segato ainda sugere que mesmo quando o Estado propõe ações afirmativas para as mulheres, a relação em questão é questionável, uma vez que, como a própria autora afirma:

[...] ele cria uma lei que defende as mulheres da violência à qual estão expostas porque esse mesmo Estado já destruiu as instituições e o tecido comunitário que as protegia. O advento moderno tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula. (SEGATO, 2012, p. 110)

É possível observar que, tendo em consideração a realidade das mulheres prostitutas no que tange ao amparo estatal, pouco pode ser noticiado. Apesar de ser tida como uma ocupação dentro das leis do país, a legislação brasileira se considera abolicionista, como já mencionado anteriormente.

A partir dessas posturas contraditórias, bem como atitudes higienistas por parte do Estado, como ele poderia suprir as necessidades e direitos das prostitutas enquanto cidadãs ao passo que elas são publicamente consideradas desviantes da norma social? Todas as ações e noções que envolveriam a prática da prostituição são cerceadas pelo Estado como crime de

lenocínio, de forma que atualmente é notável que o mercado do sexo tem se adaptado às restrições que lhes foram impostas. A isso me estenderei mais à frente.

Assim, “se o feminismo não se abrir à novas possibilidades, acabará reproduzindo o discurso hegemônico” (RIBEIRO, 2015). Incluir as considerações dos estudos decoloniais é considerar a possibilidade de que o viés que impõe ao corpo feminino um olhar tão diferenciado ao masculino, reduzido à relação com a profanação e o crime, está diretamente relacionado às imputações das ações colonizadoras (QUIJANO, 1992; MIGNOLO, 2000 e 2003, *apud*. SEGATO, 2012).

O processo de “civilização” que os colonizadores impuseram aos colonizados incitou um modo de relação de facilitação de entrada violenta em relação aos corpos femininos. Inserir noções como a do pecado e de preceitos cristãos que relacionavam tanto a sexualidade feminina como seus corpos a sentidos pecaminosos, criando uma intencional conexão entre a “sexualidade feminina como má – fêmeas colonizadas eram relacionadas ao diabo” (LUGONES, 2014, p. 8) fazia parte de um complexo de ações cujo objetivo centrava-se na dominação dos colonizados.

1.3 Movimento de prostitutas e feminismos

Neste momento serão apresentadas algumas noções referentes ao próprio posicionamento das agentes sexuais, contribuindo assim para colocar em diálogo a prostituição como temática e as prostitutas como sujeitos sociais.

O movimento das prostitutas no Brasil nasceu nos anos 1980, momento em que a sociedade ainda lidava com a ditadura militar, bem como com o jugo social de que o trabalho do sexo estava ligado a doenças sexualmente transmissíveis (na época a sociedade era acometida por uma epidemia de AIDS) e com a suposta dubiedade da moral das agentes envolvidas.

Em 1987 ocorre o I Encontro Nacional de Prostitutas, que contou com a participação da já mencionada Gabriela Leite – figura de extrema importância no cenário das lutas pelos direitos das trabalhadoras sexuais (LENZ, 2014) -, momento em que é criada a Rede Nacional de Prostitutas (SKACKAUSKAS e OLIVA, 2010).

Entretanto, é apenas em 1994, já no III Encontro da Rede Nacional de Prostitutas, onde as reivindicações passam a incluir noções trabalhistas através do lançamento de uma campanha

de saúde relacionada à prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis desenvolvida pelo Programa Nacional de DST/AIDS em 2002 (MOREIRA, 2016).

Andreia Skackauskas e Nieto Oliva (2010) pontuam que ONG's como a Davida¹² foram fundamentais para que fosse assegurada a busca pelos mínimos direitos das trabalhadoras sexuais, ao mesmo tempo que assinalavam a existência de fatores essenciais na natureza não só da “puta”, mas dos indivíduos da sociedade, como o prazer e a sexualidade.

Esse fator foi de extrema importância para a construção da compreensão de que essas mulheres inseridas no mercado do sexo possuem agência e podem interpretar esse ambiente de trabalho que comporta poder e independência (SKACKAUSKAS e OLIVA, 2010). Ambos afirmam que as diferenças de compreensão das realidades que atravessam a vida das trabalhadoras sexuais propõem desafios para a relação entre vertentes feministas e de movimentos das prostitutas. Dessa forma, é importante ter em mente, como pontua Maria Fernanda Moreira:

Um dos grandes deslocamentos produzidos por estas perspectivas trabalhistas a respeito da prostituição nestas produções residiu, de acordo com Piscitelli, em como passou a ser encarada as pessoas que prestam serviços sexuais: “o deslocamento se reflete em perspectivas que longe de considerar as (os) trabalhadores do sexo vilões(ãs) ou vítimas concedem a eles um lugar de seres dotados de capacidade de agência” (PISCITELLI, 2005, p.14-15 apud. MOREIRA, 2016).

A partir de diferentes motivações, como por exemplo a perda de direitos e a desigual divisão sexual do trabalho, cresce o número de mulheres que buscam trabalhos informais como meio de sustento, mesmo dentre funções vulneráveis, como pode ser classificada a prostituição. Dessa forma, a ausência de normas trabalhistas nesse setor contribui para que as mulheres envolvidas sejam expostas a péssimas condições de trabalho, direitos sociais limitados etc. (HIRATA, 2001).

A título de exemplo, é possível observar o que teria ocorrido a partir dos anos 2000 com o crescimento da popularidade da Marcha Mundial das Mulheres por entre outras entidades, como a Sempre Viva Organização Feminista de São Paulo (SOF). Passa-se então a compreender mais abrangemente que o “meio” - o social - estaria a dominar as mulheres, interferindo em seus corpos e direitos, propondo assim um olhar marxista ao contexto total (SKACKAUSKAS e OLIVA, 2010).

Apesar de tanto a Marcha quanto a SOF irem de contrapartida à legalização e instituição da prostituição enquanto trabalho, o movimento feminista de forma geral não apresenta uma

¹² ONG idealizada pela ativista Gabriela Leite, criada em 1992 com o objetivo de organizar e fortalecer os laços entre prostitutas, além de lutar por seus direitos sociais.

visão totalizada e contínua sobre o assunto. Esse fato, por sua vez, proporciona o apagamento do debate do tema da prostituição dentre as feministas, que o evitam para que não haja divisões dentro do movimento.

Outro ponto de suma importância notado por Skackauskas e Oliva (2010) reside nas cisões em torno do tema da prostituição. Não haveria um consenso acerca do tópico na medida em que neste coexistem diversas “opiniões”, tanto por parte das feministas quanto por parte das prostitutas, uma vez que haveria uma separação entre as trabalhadoras sexuais que atuam nesse meio por opção e aquelas que se inseriram no meio por necessidade ou coação. Assim, “o feminismo, de certa forma, é acusado de não sustentar esse debate e de apresentar contradições que o tornam ainda mais sem resposta” (SKACKAUSKAS e OLIVA, 2010, p. 6).

CAPÍTULO II: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS ENTRE A PRÁTICA E A TEORIA

2.1 *Sites* feministas e suas respectivas interpretações acerca da prostituição

Considerando o debate colocado anteriormente, apresento neste momento, de forma preliminar, algumas páginas da *internet* que mostram os seus posicionamentos de acordo com organizações feministas que apresentam em seus *posts* seus respectivos posicionamentos acerca do trabalho sexual em seus moldes atuais, bem como possíveis desdobramentos. Eles são desenvolvidos por ativistas do campo do feminismo que contêm importantes reflexões sobre estudos feministas, não necessariamente no campo acadêmico, mas em um meio mais amplo como o da *internet*.

Os *sites* expostos a seguir foram selecionados por possuírem maior estrutura de elaboração de ideias, maior estrutura organizacional, além de serem os mais acessados dentre as páginas da *web* encontradas no *Google* acerca do tópico “trabalho sexual” e “prostituição”. Eles fazem parte da iniciativa de pôr em diálogo a teoria dos estudos dos movimentos feministas com uma versão com maior popularidade dentre a sociedade, para além da academia.

Ao definir os critérios seletivos para determinar quais seriam as páginas virtuais que viriam compor essa pesquisa, além dos pontos já mencionados no parágrafo anterior, o maior eixo orientador foi centrado a partir da acessibilidade pública quanto ao tema. Se buscadas as palavras “prostituição” e “feminismo” no *site* de pesquisa *Google*, as páginas expostas abaixo são as que apareciam no momento da inspeção. Por serem temas tão discutidos por diversas áreas, o objetivo seria de determinar o que estes *websites* – os mais acessados - poderiam oferecer em termos de compreensão social acerca do que essas novas questões, que aparecem no campo do trabalho do sexo, se apresentam entre as feministas.

QGFEMINISTA.ORG

Figura 1 – Site do QG Feminista



Fonte: print screen da página inicial do site do QG Feminista.¹³

A entidade afirma que as pautas feministas atravessam questões como a de raça, classe e sexo, onde o feminismo de forma geral seria o único meio de libertação das mulheres. Sendo orientadas pelo feminismo radical, as perspectivas expostas na página digital são alinhadas por essa vertente feminista. Assim, as mulheres exploradas pelo sistema patriarcal diariamente, sob o olhar do QG, também estariam sujeitas à heterossexualidade compulsória e aos resultados históricos do processo de colonização enfrentado pela América Latina, tais como violências físicas e sexuais.

O QG se posiciona como “uma coletiva de mulheres brasileiras que cometem a transgressão indesculpável de se declararem feministas e radicais.”. Classificando a prostituição e a pornografia como meio de exploração das mulheres e como formas de ferir as mulheres, a entidade acredita que “precisamos acabar com a prostituição e precisamos acabar com a pornografia”. Ainda, alega que é fundamental “assumir a prostituição como um problema: não um tema de debate; mas uma questão de vida ou morte.”.

Sob o olhar do coletivo, a maioria das mulheres prostituídas no Ocidente são vítimas de incesto que fugiram de casa, que foram estupradas, que são cobiçadas quando ainda são crianças – crianças estupradas, sem abrigo, pobres e abandonadas.”; “Não podemos mudar o que está errado com o nosso feminismo se estivermos dispostas a aceitar a prostituição das mulheres. Prostituição é estupro em série: o estuprador muda, mas mulher estuprada permanece a mesma;

¹³ Disponível em: <<https://qgfeminista.org/>>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

o dinheiro lava as mãos do homem”; “Em alguns países as mulheres são vendidas para a escravidão sexual, geralmente ainda crianças”.

Por conseguinte, o QG acredita que em países como o Canadá e os Estados Unidos, as prostitutas são formadas mediante abuso sexual infantil, principalmente incesto, pobreza e falta de moradia. Dessa forma, a entidade considera que:

Enquanto houver consumidores em economias de livre mercado, prostitutas serão criadas; para criar o suprimento necessário (desejado) de prostitutas, as crianças têm que ser estupradas, pobres, sem-teto. Nós não podemos aceitar isso; não podemos aceitar a prostituição.” (ROSSI, 2020).

O site também menciona a nova modalidade de “*sugar daddy*” e “*sugar baby*”, referindo-se a um site americano que proporciona o acordo entre *sugar babies* e *sugar daddies*, o “*Seeking Arrangement*”. De acordo com o QG Feminista, o site americano foi fundado por Brandon Wade sob o lema “o amor é um conceito inventado por pessoas pobres”, afirmando também que o *Seeking Arrangement* “se promove como antídoto para dívidas estudantis”.

O QG utiliza-se de relatos de mulheres que usufruem do site como meio de obtenção de renda para retificarem a ideia central de que o acordo de sugar pode ser até mesmo pior que a prostituição em seus moldes tradicionais, uma vez que mesmo após a relação sexual, o “*daddy*” ou o comprador tem acesso a endereço, conta bancária e dados pessoais que por diversas vezes poderiam pôr em risco a vida da “*sugar baby*”.

Os relatos ainda demonstram que a busca por sites como o *Seeking Arrangement* advém da necessidade “desesperada” de conseguir quantias maiores de renda das que normalmente seriam conseguidas em bordéis ou nas ruas.

AZMINA

Figura 2 - Site do Instituto Azmina

The screenshot shows the header of the Instituto Azmina website. The top navigation bar includes links for 'Instituto AzMina', 'Quem somos', 'Transparéncia', 'PenhaS', 'Elas no Congresso', 'Mapa das Delegacias', 'Apoie', and social media icons for Facebook, Twitter, Instagram, and YouTube. Below the header, there's a main menu with 'AZMina' logo, 'POLÍTICA', 'VIOLENCIA', 'SAÚDE', 'FEMINISMOS', 'MAIS', 'OPINIÃO', and 'DIVA DAZMINA'. A breadcrumb trail 'Instituto azmina > quem somos' is visible. The main content area features a colorful illustration of diverse women laughing and smiling. To the right, a section titled 'QUEM SOMOS' contains the text 'Sim, nós somos feministas'. Below this, a paragraph explains the organization's feminist beliefs, followed by a statement about the reality and their role in combatting violence against women. The footer includes a small logo for 'Anjo da Guarda - Terra'.

QUEM SOMOS

Sim, nós somos feministas

Na verdade, achamos que todas as organizações e veículos jornalísticos deveriam ser feministas. Porque ser feminista quer dizer que acreditamos que homens e mulheres devem ter direitos e oportunidades iguais. Isso é o básico, não acham?

Mas infelizmente o mundo não é assim e usamos informação para mudar esse cenário e combater a violência contra a mulher em todas as suas

Fonte: *print screen* da seção “Quem Somos” do *site* do Instituto Azmina.¹⁴

AzMina se coloca como instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo central a equidade de gênero através da educação, tendo sempre em consideração as diferentes especificidades sociais, como classe, raça e sexualidade. Não assume nenhuma linha feminista específica em suas exposições, o que possivelmente poderia contribuir com um maior alcance de visitantes e apoiadores. A entidade conta com apoio financeiro de diversas fundações, como o *Google News Initiative*, Fundo de População das Nações Unidas, *Open Society Foundations*, dentre outros.

De acordo com a página digital do grupo, com os fundos arrecadados são prestados serviços como uma assistência virtual para com vítimas de relacionamentos abusivos e violência contra a mulher, bem como o desenvolvimento de um mapa sobre aborto legal no Brasil. Além disso, a instituição apoia palestras e campanhas que promovem a igualdade entre os gêneros.

A página possui centenas de postagens informativas acerca da realidade feminina em meio ao sistema social contemporâneo, incluindo também vídeos no *Youtube*, uma página no *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*. Nessas plataformas citadas, são expostas temáticas referentes à saúde, segurança e educação feminina. Além disso, o *site* também conta com uma sessão de vendas de camisetas e outros itens assinados pela instituição como meio de arrecadar fundos para suas ações sociais.

A revista feminista possui apenas algumas reportagens quando se pesquisa “prostituição” na página. Em uma matéria intitulada “As três faces da prostituição”¹⁵ a autora relata brevemente seu contato com prostitutas travestis e suas histórias com programas feitos na rua, modificações corporais ilegais etc.

De forma geral, é explicitado que realizar programas nas ruas é um fator de risco altíssimo para as prostitutas, já que elas ficariam à mercê de todo e qualquer tipo de violência física por parte de indivíduos preconceituosos, ao passo que em bordéis elas teriam algum tipo de proteção. Contudo, mesmo as trabalhadoras que atuam em espaços fechados precisariam pagar uma quantia específica a cafetinas ou cafetões, uma vez que se se opuserem a tal, sofreriam retaliações como abusos físicos e até mesmo assassinato. Por outro lado, algumas prostitutas compreendem a figura do “cafetão” como quem compartilham uma parceria comercial.

¹⁴ Disponível em: <<https://institutoazmina.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

¹⁵ QUEIROZ, Nana. As três faces da prostituição. **AzMina**, 20 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/as-tres-faces-da-prostituicao/>>. Acesso em: 26 de out. de 2022

A instituição ainda demonstra que após pesquisas relacionadas ao efeito das medidas de estado estabelecidas pelo modelo sueco de criminalização dos clientes, a taxa de serviços sexuais via *internet* aumentou. O fato teria se dado, consequentemente, pela necessidade de as prostitutas trabalharem e obterem renda sem oferecer “risco” aos seus clientes.

A matéria utiliza de relatos de brasileiras e estrangeiras para mostrar que não existiria uma solução específica, não caberia uma resposta categórica que pudesse definir se o certo quanto ao trabalho sexual é a abolição ou sua total legalização. Dessa forma, os discursos demostram que cada perspectiva oferece uma alternativa e/ou uma visão diferente que corrobora em aspectos específicos com diferentes vertentes quanto ao que deve ou não ser feito quanto à indústria do sexo.

Blogueiras Feministas

Figura 3 - Site Blogueiras Feministas



Fonte: print screen da página inicial do site Blogueiras Feministas.¹⁶

As administradoras da página Blogueiras Feministas, Maria Frô, Cynthia Semiramis e Tica Moreno, afirmam que são adeptas ao feminismo interseccional. Sendo assim, elas têm por objetivo incluir em suas análises uma perspectiva que proponha a equidade entre todos os indivíduos, sem deixar de mencionar questões referentes à raça, classe e sexualidade.

É exposto que as manifestações colocadas na página podem conter resquícios de alguns preconceitos sociais, uma vez que enquanto indivíduos, as editoras não estariam livres de questões como, por exemplo, o racismo estrutural ou homofobia. Contudo, é apontada uma

¹⁶ Disponível em: <<https://blogueirasfeministas.com/>>. Acesso em: 26 de out. de 2022.

busca constante pela resolução desses reveses¹⁷. As autoras também afirmam que suas reflexões partem de mulheres brancas, cisgêneras e heterossexuais, expondo assim seus locais de fala.

Assim como o AzMina, o Blogueiras Feministas também possui perfis em diferentes plataformas digitais como o *Youtube*, *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, compartilhando vídeos, textos e imagens com análises sobre políticas públicas para mulheres bem como questões relacionadas a saúde, o papel feminino durante a pandemia do coronavírus etc.

No que tange ao tema da prostituição, o blog possui apenas algumas publicações sob o buscador de “prostituição”, dentre menções de importância e outras com pouco destaque. O artigo que melhor direciona sua atenção ao tema do trabalho é redigido por Monique Prada¹⁸ e apresenta uma versão crítica à sociedade quanto ao seu modo de compreender o trabalho do sexo, demonstrando uma necessidade de dissociação da “puta” de seus processos de estigmatização.

O artigo apresenta igualmente uma análise de gênero ao passo que propõe que a mulher está historicamente subordinada ao homem, sendo assim a prostituição seria como uma face de subversão da normatividade social.

2.2 A voz das envolvidas

Considerando o meio do trabalho sexual e como ele tem se desenvolvido atualmente, com a participação ativa da *internet* em diferentes plataformas digitais, se faz natural a inclusão da voz das agentes envolvidas na prática na pesquisa. O objetivo, então, seria o de observar como as trabalhadoras sexuais da contemporaneidade compreendem os novos moldes de trabalho em que se encontram, em termos de desafios analíticos.

Dessa forma, dentre diversos convites recusados para entrevistas, oito trabalhadoras性ais concordaram em responder algumas questões. A entrevista se deu através de perguntas pré-formuladas, contudo, durante as conversas – considerando a delicadeza do tópico para as participantes – foi preciso adaptá-las para que o resultado apresentasse maior fluidez, bem como o conforto das entrevistadas.

¹⁷EDITORIAL. **Blogueiras Feministas**, 13 de jan. de 2014. Disponível em: <<https://blogueirafeministas.com/editorial/>>. Acesso em 14 de dez. de 2021.

¹⁸ PRADA, Monique. Nem ser esposa nem ser prostituta garante às mulheres alguma felicidade e segurança. **Blogueiras Feministas**, 10 de jul. de 2017. Disponível em:<<https://blogueirafeministas.com/2017/07/10/nem-ser-esposa-nem-ser-prostituta-garante-as-mulheres-alguma-felicidade-e-seguranca>>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

É necessário salientar o perfil das agentes entrevistadas. Em sua grande maioria, o perfil é de mulheres brancas, com o ensino fundamental completo, da região sudeste do Brasil. Apenas uma das entrevistadas é uma mulher negra do nordeste brasileiro. Essa disparidade revela uma ausência importante na pesquisa, uma vez que serial ideal um maior quantitativo de mulheres negras, tal como de outras regiões do Brasil. No entanto, devido a delicadeza do tema e os estigmas que o acompanha, houve uma série de dificuldades em encontrar mulheres dispostas a participar da pesquisa¹⁹.

Tive conhecimento das agentes sexuais a partir da plataforma digital *TikTok* e através de indicações de amigos. As agentes sexuais se utilizam do espaço virtual para divulgar seus serviços, compartilhar conteúdos adultos, assim como pequenas partes dos seus dias. As entrevistadas trabalham como profissionais do sexo pelo período de 1 a 7 anos, tendo todas elas envolvido a *internet* em seu campo.

A seguir, introduzirei as entrevistadas separadamente para, então, desenvolver uma melhor e mais completa análise. Os nomes citados a seguir são em sua maioria fictícios, por escolha das envolvidas, para que suas identidades permaneçam protegidas. As entrevistas foram realizadas no ano de 2021 e 2022, contudo, levando em consideração a distância das envolvidas, a única opção viável foi utilizar da *internet* como meio para a realização da pesquisa.

A primeira entrevistada chegou a mim através de uma amiga que tinha conhecimento do meu campo de pesquisa. Ana é uma mulher branca, de 25 anos, residente de São Paulo que se mostrou muito contente em poder contribuir para o estudo, tendo afirmado que ajudar com a formação de outras mulheres é um dever social enquanto feminista. Trabalhou como garota de programa por 1 ano e 3 meses, tendo chegado à profissão através de amigas.

Sua família não teve conhecimento sobre seu trabalho, mas suas amizades e relações amorosas, sim. Essas, por sua vez, teriam sido afetadas por suas atividades em certa medida. Ana afirma que precisou conversar e se impor constantemente para que não fosse julgada dentre eles. Sua postura foi de absoluta necessidade para lidar com questões de preconceito e estigmas relacionados ao trabalho sexual, de acordo com a entrevistada.

Durante seu período de atuação, Ana afirma não ter tido qualquer conhecimento de uma rede de apoio organizada para mulheres que operassem nesse mercado, por isso aponta que a

¹⁹ Também se faz de extrema relevância salientar que a questão inserida no roteiro de entrevistas, que se direcionava ao questionamento do período que elas pretendiam trabalhar na área, se configurou em uma problemática. A grande maioria das entrevistadas entende o período de trabalho de “sex work” como algo que será exercido enquanto for lucrativo. As envolvidas afirmaram que essa seria, então, uma questão arbitrária, considerando que não se encaixariam em outras modalidades de trabalho.

existência de grupos organizados, tal como a maior divulgação deles, seria de extrema relevância social e psicológica para as envolvidas.

Em contrapartida, a entrevistada sinaliza haver grande competitividade dentre as prostitutas, tanto por disputas de espaço, quanto disputas quanto a estéticas corporais, o que torna o trabalhar ainda mais desafiador. Ana afirma que nunca sofreu violência em seu trabalho, porém acredita na necessidade de fiscalização estatal e da criação de direitos trabalhistas para mulheres envolvidas no trabalho sexual.

Ana optou por não entrar em muitos detalhes quanto a sua rotina de trabalho, no entanto afirma que em determinado momento utilizou da *internet* como meio de busca de novos clientes, porém não lhe foi útil.

Classificando alguns pontos negativos quanto a sua ocupação, a entrevistada afirma que se envolver sexualmente com desconhecidos teria sido um grande desafio pessoal. Além disso, assinala a imprevisibilidade financeira como outro ponto negativo, uma vez que “em um dia você pode fazer 2 mil e no outro nada” (sic.).

Quanto aos pontos positivos, Ana afirma que apesar das questões financeiras, teve a oportunidade de ascender financeiramente, sendo capaz de ajudar sua família, proporcionando a eles uma maior qualidade de vida – como viagens, passeios, plano de saúde, etc. -.

De forma geral, a entrevistada declara acreditar que sua experiência como prostituta lhe tornou uma mulher mais forte, independente e empoderada. Após uma tentativa de suicídio, tendo ascendido financeiramente a partir de seu trabalho, com a oportunidade de experienciar a vida a partir de outra perspectiva, ela também afirma ter compreendido melhor como a vida funciona. Ana aponta, categoricamente, que hoje percebe que a sociedade, principalmente os homens, operam através de uma chave de poder e atenção.

A segunda entrevistada se chama Xênia, mulher negra, cearense, de ensino médio completo. Ela trabalha como *Cam girl* há três anos, tendo conhecido a área de trabalho através de amigas, assim como Ana.

Cam girls são mulheres que trabalham com entretenimento de cunho adulto em plataformas digitais específicas, como *Only Fans*, *Câmera Privê*, dentre outros. Xênia, por sua vez, expôs sua ocupação para toda a sua família e para os seus amigos, o que teria afetado suas relações. Ainda assim, afirma não ter problemas em se exibir virtualmente, já que gosta do que faz, tendo até mesmo a pretensão de continuar na área enquanto ela ainda lhe der “tesão” (sic.).

Com isso, afirma que não se importa com o que a sociedade pode pensar de seu trabalho, uma vez que já tentou se “encaixar” em diferentes padrões e não foi feliz dessa forma. Pensando

em sua ocupação, afirma que este é, sim, um trabalho. Além disso, por conter um contexto de produção por trás do resultado, se considera também uma artista.

Dessa forma, apontando que como no Brasil não há apoio financeiro para artistas, Xênia acredita que o mínimo que poderia ser disponibilizado em termos de suporte seria acesso à psicólogos, uma vez que o meio de trabalho seria difícil. Além do mais, afirma que em termos de fiscalização, já existiria nos *sites* em que disponibiliza seus conteúdos e que seria suficiente.

A entrevistada afirma já ter sido vítima de preconceitos por diversas vezes, mas como não tem vergonha do que faz, sempre reage da mesma forma que é atingida. Xênia nunca teria contraído doenças sexualmente transmissíveis com seu trabalho, contudo aponta ter sofrido profundamente com a pressão estética que cerca seu meio.

Ao refletir sobre a inclusão da *internet* em seu trabalho, a entrevistada afirma que não teria tido grandes dificuldades, uma vez que já atuava em teatros. Desse modo, apenas teria adaptado seu conteúdo e formato, expondo igualmente que, ainda com a pandemia, sua clientela aumentou significativamente.

Com relação a possíveis pontos negativos referentes a sua rotina de trabalho, Xênia declara que eles estariam diretamente relacionados à sociedade, não ao seu trabalho, considerando que os indivíduos são dotados de um “moralismo hipócrita” (sic.). Por outro lado, em termos de pontos positivos, esses em sua concepção seriam muitos.

O melhor, de acordo com a entrevistada, seria a possibilidade de gerenciar seus próprios horários, como também poder atuar em outros projetos conjuntamente, o que lhe oferece a oportunidade de crescer pessoal e profissionalmente.

Com isso, Xênia acredita que seu trabalho lhe proporcionou a autopercepção de ser uma mulher livre, que não aceita que lhe digam onde deva estar. Uma mulher que busca divulgar o prazer feminino com estéticas não padronizadas. Afirma também que sua jornada de trabalho a amadureceu e anulou preconceitos, contudo afirma estar em constante evolução. Além disso, pontua que trabalhar como artista pornô seria apenas uma parcela de sua vida, citando inclusive outro trabalho que exerce, fazendo tranças.

Ainda seguindo a linha de *Cam Girls*, temos Clara, moradora do Rio Grande do Sul, 22 anos, graduanda em psicologia. Ela atua na área há 2 anos, tendo chegado ao meio por sua curiosidade, ao ser atraída pela oportunidade financeira e “certa liberdade” que acreditava estar relacionada ao campo. Sem pensar muito, ela iniciou seu trabalho e apenas em seguida pesquisou mais sobre o ramo.

Clara afirma ter tido suas relações amorosas e de amizade abaladas por sua ocupação, sendo vítima de diversos preconceitos por pessoas próximas. Seus familiares, entretanto, não teriam apresentado grandes problemas nesse sentido, apenas uma ampla curiosidade sobre suas atividades.

Pensando no que envolve seu cotidiano de trabalho e sua consequente exposição *online*, Clara afirma que por ser uma pessoa naturalmente introspectiva, não teve dificuldades em definir o que deveria ou não mostrar nas redes, dessa forma expõe bem pouco de sua vida. Ela afirma gostar do que faz, mas conta com ajuda psicológica para lidar com as problemáticas que acompanham o campo.

Aliado a isso, acredita que sequer pensar sobre a possibilidade de haver uma data limite para sua atuação com conteúdos adultos é dotada de tabu e preconceitos, então não teria estipulado datas para isso, mas que continuará na área até não se sentir mais confortável.

Com relação a impressões da sociedade quanto ao seu trabalho, procura se desligar de opiniões alheias e se atém a isso. Afirma não possuir opinião formada quanto a legislação, possíveis impostos e fiscalização na área do trabalho sexual, uma vez que se declara como MEI (microempreendedor individual) autônoma em uma ocupação ainda não legalizada. Sendo assim, ela acredita que impostos seriam abusivos, já que não possui vínculos empregatícios.

Clara sinaliza que gostaria da formalização de sua profissão, mas reafirma categoricamente que, de forma alguma, concordaria com o pagamento de impostos, já que também tem de pagar taxas específicas nos sites onde trabalha.

Quanto a pandemia de coronavírus, declara que ela teria contribuído para o aumento de fluxo dos *sites* onde atua, aumento tanto de clientes quanto de “modelos” (sic.). Entretanto, seu trabalho não teria sido afetado. Ao pensar em possíveis pontos negativos, classifica que a exposição descontrolada via *internet* seria um ponto de grande peso, assim como o preconceito que cerca as trabalhadoras sexuais.

Em um sentido mais pessoal, pontua que a falta de organização quanto aos horários de trabalho teria sido um desafio enfrentado. Quanto aos pontos positivos, confessa que o valor do dinheiro que ganha é significativo, assim como a possibilidade e liberdade de trabalhar onde quiser. Além do mais, considera o ramo divertido e diz ter conhecido pessoas interessantes. Por fim, ao refletir sobre sua identidade com relação ao seu trabalho, Clara admite não se perceber de forma diferente, se identificando apenas como uma estudante e trabalhadora autônoma.

Sophie, argentina de 22 anos, branca, residente de Santa Catarina, afirma não saber exatamente há quanto tempo trabalha com a venda online de conteúdo adulto, mas calcula que

seja há pouco mais de 1 ano. Sua trajetória, diferente das mulheres apresentadas anteriormente, se deu por outros caminhos.

A argentina aponta que sempre foi próxima das câmeras, desenvolvendo ensaios fotográficos sensuais por conta própria para depois publicar em suas redes sociais. Com essa prática, percebeu que muitos de seus seguidores salvavam suas fotos, sendo assim poderia estar perdendo uma oportunidade financeira nesse ramo.

Após perder seu emprego em uma imobiliária – onde era menosprezada por sua chefe - Sophie decidiu abrir seus canais digitais para trabalhar com conteúdo adulto. Depois de passar duas semanas preparando seus seguidores, fazendo marketing de seu trabalho, realizou, então, um ensaio fotográfico mais explícito. A partir disso, a entrevistada afirma que sua mãe – única familiar que possui conhecimento de suas atividades – não teria concordado com sua mudança de carreira nos primeiros momentos, porém atualmente acha divertido.

Algumas de suas relações de amizades se viram abaladas por sua nova “persona”, mas em termos de relações amorosas, não foram afetadas de forma alguma. Fato que se comprova com o fato de sua assessora, quem vende e administra seus conteúdos, na verdade ser sua namorada.

Com relação à sua exposição *online*, Sophie admite que mesmo antes de vender seus conteúdos, já possuía uma rotina “de blogueirinha” (sic.) – isso incluiria se expor com certa frequência nas redes sociais. Assim, só precisou separar o que deveria guardar para si, seus momentos mais íntimos, e o que poderia ser mostrado nas plataformas digitais.

Sua experiência com a *internet* lhe proporcionou a capacidade de desenvolver uma persona específica, que fala e faz determinadas coisas. Para a sua área de trabalho, ela precisa estar bem preparada psicologicamente, assim como bem resolvida internamente. Sophie faz essas pontuações ao passo que reconhece que é possível que seus conteúdos se tornem públicos, e que, mesmo que assim consiga fama – palavras da entrevistada -, pode ser prejudicial para algumas pessoas.

Sophie declara amar sua ocupação, uma vez que tem a possibilidade de organizar seus horários. Além, afirma que gosta de ser exposta e que desconhecidos a vejam tendo relações sexuais. Posto isso, Sophie não determinou um prazo específico que deveria parar de trabalhar com conteúdo adulto, mas entende que exista uma data limite por questões físicas. Em suas palavras, “não se pode ser gostosa pra vida toda”.

Dessa forma, enquanto ganha com seu conteúdo, ela se planeja com outros projetos, como abrir um MEI e trabalhar como empresária, mas não concorda com a possibilidade de pagar impostos para o governo por seus ganhos autônomos.

A argentina afirma nunca ter sofrido violência por conta de seu trabalho, mas diz ter sofrido preconceito, mesmo que não fosse tão significativo. Ela comprehende a pandemia como uma grande impulsionadora de suas atividades, já que poderia trabalhar em sua casa, tendo, assim, lucros vultuosos.

Quanto a possíveis pontos positivos, ela menciona novamente o montante de dinheiro que consegue com suas vendas, mesmo que precise de muito marketing e inteligência comercial. Por outro lado, sendo uma área estigmatizada, pode gerar problemas psicológicos em pessoas vulneráveis psicologicamente e sem rede de apoio. Com isso, cita uma amiga que é mãe e teve problemas com o conselho tutelar pelo trabalho que exerce, sendo ameaçada de perder seu filho.

A partir de sua atividade, Sophie se vê como uma mulher que ergue outras mulheres, percebendo que devido as suas ações, outras mulheres passaram a se amar, escutam suas lições e, então, ela se sente ligada ao poder feminino. Em termos de diferença entre o que ela era e o que ela é depois de iniciar sua ocupação, Sophie declara que vê muitas alterações físicas, já que se viu na necessidade de se exercitar mais intensivamente e cuidar esteticamente de seu corpo. Por outro lado, em relação a sua essência, ela afirma que permanece a mesma.

Elisa, carioca de 24 anos, de ensino médio completo, chegou até mim através de um amigo em comum. Ela se envolveu com o universo de venda de “*packs*” de conteúdo adulto lentamente, tendo tido o primeiro contato através de uma amiga. Atualmente, ocupa-se somente com produção de conteúdo em formato de fotos e vídeos pelas plataformas *onlyfans* e *privacy*. Elisa trabalhou com a área administrativa durante um tempo e realizou alguns trabalhos como *freelance*, de forma a construir uma renda extra.

Algumas pessoas próximas ao seu convívio, tanto amigos quanto familiares, possuem conhecimento de seu campo de atuação, apresentando uma postura respeitosa quanto ao fato. Ela aponta que não permite que terceiros venham a interferir em suas decisões, bem como proferir suas opiniões. Em suas palavras, “como mulher adulta e independente eu entendo que tenho plena liberdade e não estou prejudicando ninguém”. Os mais próximos de seu convívio exercem uma rede de apoio intensa, no que tange à possíveis problemas pessoais que ela possa vir a ter, se relacionados ao trabalho. Dito isso, ela não acredita que sua ocupação tenha afetado suas relações.

Elisa se mostra satisfeita com sua atividade, gosta do conteúdo que produz de forma independente, com liberdade de criação, liberdade de horários, respeitando seus limites pessoais. Também afirma se sentir profundamente valorizada por aqueles que consomem seu conteúdo, tendo apenas inseguranças quanto ao que o meio corporativo possa lhe oferecer, em termos de ambiente de trabalho. Nunca sofreu preconceito por seu trabalho como *sex worker*, mas possui receio da possibilidade de viver isso em ambientes de trabalho empresarial.

Ela desconhece qualquer rede de apoio às mulheres que trabalham na área, exceto as próprias envolvidas, que se ajudam mutuamente. A partir disso, Elisa declara que acredita na necessidade da criação de leis que visem a garantia da segurança física das mulheres, quanto à assédios, abusos, vazamento de mídias, extorsão etc. Por outro lado, não possui uma exata opinião quanto a possíveis fiscalizações e implicações de leis trabalhistas em sua área.

A entrevistada acredita que a pandemia não a teria afetado diretamente, considerando que iniciou suas atividades nesse período. Contudo, tendo em vista o efeito negativo na economia que foi proporcionado pela crise sanitária, a consequente desvalorização da moeda e a diminuição do poder de compra para as classes mais baixas, instituiria o lazer em último plano. Dessa forma, considerando que o conteúdo adulto e pago não é objeto de necessidade básica, seria lógico ser o primeiro a ser negligenciado por seus consumidores.

Quanto a possíveis pontos negativos, Elisa pontua que estar exposta, sujeita a situações de violência, assédio, críticas e preconceito é uma grande preocupação. Aliado a isso, também enumera a imprevisibilidade da profissão, característica do trabalho autônomo e informal.

Elisa afirma não se ver de forma diferente por conta de sua ocupação, mas ressignificou a relação que tinha com a sexualidade feminina de forma geral. De acordo com ela, a sociedade possui uma visão profundamente conservadora sobre o tópico, então a oportunidade de refletir pessoalmente teria sido positiva. Declara, categoricamente, que não deseja a romantização da profissão ou até mesmo influenciar outras pessoas a exercê-la, mas sua experiência teria sido positiva e libertadora.

Amanda, também moradora do Rio de Janeiro, tem 22 anos e está cursando o ensino superior. Atua com venda de conteúdo adulto em plataformas online desde 2021, pretendendo permanecer no campo enquanto lhe render lucros. Ela declara que chegou ao meio por conta de necessidade financeira. Amanda afirma já ter trabalhado como modelo de roupas íntimas, mas a ocupação não proporcionava retorno financeiro suficiente, causando danos psicológicos pela pressão estética que envolvia o ramo.

Os pais da entrevistada não possuem conhecimento completo sobre seu trabalho, apenas um entendimento geral, de forma que não demonstram apoiar a carreira. Sua irmã, amigos e namorado sempre teriam lhe prestado apoio incondicional, inclusive seu namorado também possui planos de seguir a mesma carreira.

Ela acredita que sua ocupação dispõe de grande papel na construção de uma melhor relação com seu próprio corpo. Amanda alega que sempre gostou de ser fotografada nua, por conseguinte adora o seu trabalho. Não se importa necessariamente com o que a sociedade pode pensar dela, mas lhe incomoda a maneira com que homens a tratam depois de terem conhecimento das suas atividades. Eles se portam de modo diferente, como se possuíssem autorização para falarem sobre assuntos que não falariam em um contexto comum.

Amanda é categórica ao declarar que direitos trabalhistas seriam necessários ao campo, pois a atividade seria de fato um trabalho como qualquer outro, “afinal, todos usam seus corpos para troca, uns vendem sua força de trabalho, outros vendem conhecimentos e aprendizados, nós vendemos nossa imagem” (sic.). Reitera que seria de extrema importância o melhor preparo do poder público ao tratar de mulheres envolvidas com o trabalho sexual, para que não sejam tratadas de forma rude, mesmo sendo as vítimas.

Quanto a possíveis implicações pela pandemia do coronavírus, a entrevistada afirma que a maior parte das *sex workers* que conhece aderiram ao campo de trabalho durante esse período. Acredita que o distanciamento social proporcionou maior envolvimento das pessoas com a *internet*, o que consequentemente aumentou a demanda de clientes em sites de conteúdo adulto.

Quanto aos prós e contras de sua área, Amanda acredita que ser sua própria chefe, ganhar em dólar e receber amor e carinho de seus clientes seria um grande ponto positivo. Quanto aos pontos negativos, ela cita a objetificação de seu corpo, preconceito de algumas pessoas e o risco de vazamento de seu trabalho.

A entrevistada declara que, quando iniciou sua trajetória, imaginou que a ocupação seria apenas temporária. Contudo, no momento, comprehende a área como um trabalho, de fato merecedor de respeito. Sua área lhe proporcionou realizar sonhos, se sentir feliz e realizada, se identificando cada vez mais com sua carreira. Assim, Amanda reitera que após sua atividade, entende e deseja se dedicar totalmente à produção de conteúdo, também se vendo de forma mais focada e determinada.

Addara, 34 anos, moradora do Rio de Janeiro, é formada em Administração, com pós-graduação em comunicação social e curso técnico em eventos e fotografia. Trabalha com *streen tease* há 7 anos, aliando a função com a venda de conteúdo adulto em plataformas digitais como

Only fans e privacy. Chegou na área de *streep* pouco após ser fisicamente agredida em seu trabalho formal na área administrativa, o que lhe causou problemas psicológicos severos.

Ela realizava aulas de *pole dance* em uma boate até que o organizador do local a convidou para fazer uma apresentação de *streep tease*, o que lhe proporcionou a carreira na área. Pontua que o cachê pago às dançarinas não é suficiente para que elas se mantenham financeiramente, de modo que teriam que realizar múltiplas apresentações para conseguir, então, seu sustento.

A relação entre as dançarinas e a boate se daria de forma estritamente informal. Antes da pandemia do coronavírus, cada apresentação rendia às dançarinas algo em torno de cento e cinquenta reais, no momento o valor se aproxima dos duzentos reais. Addara coloca o período da pandemia como um momento difícil em sua carreira, considerando que teve de suspender suas apresentações por um grande período. A entrevistada pontua que no Rio de Janeiro existem apenas cinco dançarinas no momento. O figurino das apresentações se mostra profundamente custoso para o orçamento das trabalhadoras, considerando que são elas são as responsáveis por essa questão. Além do figurino, elas também são encarregadas das suas próprias seguranças e transportes. Sobre esse ponto, Addara afirma já ter enfrentado situações de perigo pela necessidade de se deslocar para a boate sozinha.

Addara salienta que a atividade também requer um preparo físico diferenciado. Fazer atividades físicas, aulas de dança e treinar seus movimentos, seriam tarefas imprescindíveis para uma boa apresentação, considerando que a boate não fornece auxílio para nenhuma das atividades citadas anteriormente.

A dançarina não acredita que uma regulamentação para o trabalho sexual seja uma alternativa para a realidade atual, mas sim algo apenas para as gerações futuras. Reitera que deveria haver contratos de prestação de serviço para *sex workers*, algum tipo de certificação de trabalho vistoriado pelo Estado. Addara possui conhecimento de associações de trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte e do nordeste do país. Também desenvolveu um grupo de apoio denominado BR *Streepers*, em contraponto ao desrespeito e a desumanização das mulheres que trabalham na área sexual. A página atualmente está ganhando um prêmio de apoio social.

Addara declara que seus pais e amigos possuem conhecimento sobre suas atividades, pois ela não procura esconder quem é. Também produz conteúdo com seu namorado, que lhe fornece suporte. Assim como Amanda, também já enfrentou situações em que homens lhe trataram de forma diferente, mais agressiva e objetificada, após terem conhecimento sobre seu trabalho. Também já teve seu conteúdo vazado na *internet* por um homem, tendo que, de forma

independente, buscar todas as informações sobre ele para então recorrer ao sistema judicial. Entretanto, ela foi orientada por seu advogado que sua questão seria muito delicada devido aos estigmas presentes na sociedade.

Addara traz uma importante reflexão ao pontuar que, mesmo as mulheres vendendo seus conteúdos online, aqueles que são os donos das plataformas digitais ainda são homens. São homens que definem as normas dos *sites* e lucram com a venda dos produtos das *sex workers*. Dessa forma, o ciclo de dominação masculina ainda se perpetua.

Quanto a possíveis mudanças que seu trabalho a teria proporcionado, Addara acredita que hoje vê os homens como eles veem as mulheres, como objeto, um meio de ganhar dinheiro. Afirma que não deixa de tratá-los com educação, porém entende que sua relação com eles é para obtenção de renda. Assim, ela se vê mais forte, mesmo que não tenha sido algo que buscou ao entrar no ramo. Entende que o problema não está nela mesma ou nas profissionais, mas sim na sociedade e em uma questão muito maior do que elas.

Lyanna, 22 anos, moradora do sudeste do Brasil, está cursando o ensino superior. Se encontra inserida no mercado de relações sexuais desde setembro de 2021 e tem pretensão de permanecer na área por no máximo mais dois anos. Chegou a sua ocupação atual através de pesquisas na rede social *Twitter* acerca de relações *sugar*²⁰.

A entrevistada declara que apenas uma prima próxima possui conhecimento sobre suas atividades. Assim, suas relações amorosas e familiares não teriam sido afetadas por seu trabalho. De forma geral, Lyanna gosta de exercer sua profissão, porém apenas se preocupa com o que possivelmente pessoas próximas a ela poderiam pensar.

A trabalhadora afirma que, em termos de redes de apoio, conta apenas com outras *sex workers*. Considera o meio do trabalho sexual como uma forma de trabalho propriamente dita, apoiando também a criação de direitos trabalhistas e leis referentes a área, uma vez que acredita que, dessa forma, as envolvidas não teriam de se submeter às regras ilógicas, como altas taxas de venda, vazamento de conteúdos e abuso de poder por parte dos donos de casas de prostituição. Declara categoricamente que se esse fosse um campo de trabalho fiscalizado, as trabalhadoras poderiam ter uma melhor relação com suas áreas de atuação.

Lyanna declara que já sofreu assédio por parte de seus clientes, como comentários desrespeitosos quanto ao seu corpo, envio de imagens de genitálias não solicitadas, dentre

²⁰ Como já explicitado anteriormente, esse tipo de relação implica troca de interesses, seja de presentes, favores ou trocas econômicas por relações sexuais.

outros. Entretanto, por já ter sido assediada anteriormente ao longo de sua vida, evita discutir com essas pessoas e procura lidar com esses fatos em terapia.

A jovem não encontrou problemas em incluir a *internet* em sua ocupação, já que possuía proximidade com diversas plataformas. Ela também informa que não teve seu trabalho afetado pela covid-19, considerando que suas atividades só foram iniciadas após o auge da pandemia.

Quanto aos pontos negativos referentes a sua área de atuação, ela declara a ausência de férias, ausência de direitos trabalhistas, riscos de vazamento de conteúdos, assédio, exposição e a inexistência de uma rede de apoio. Em relação aos pontos positivos, Lyanna indica o trabalho autônomo, renda variável para além de um salário mínimo (sic.), novas descobertas pessoais e as interações e amizades entre as *Sex Workers*.

Ao refletir sobre quem ela seria a partir de seu trabalho, Lyanna afirma que por vezes se vê de uma forma usada, mas ao mesmo tempo é “endeusada” (sic.) por seus clientes diariamente, o que contribui para sua autoestima. De forma geral, ela se vê de forma positiva. Por outro lado, acredita que exista uma grande diferença entre o que é hoje e o que era antes de sua profissão. De acordo com ela, grande parte de sua insegurança quanto a seu corpo foi perdida, mudou também a forma como lida com o seu dinheiro, a sua opinião pessoal quanto ao mercado de trabalho sexual, e quanto a sua autopercepção.

2.3. Reflexões Pessoais: Desenvolvendo Perspectivas

A seguir apresentarei algumas reflexões preliminares contrastando teoria feminista e prática da prostituição. Observando as pontuações realizadas pelas trabalhadoras sexuais, é perceptível como algumas questões anteriormente mencionadas pelos feminismos mais “liberais” se mostram próximas, como o feminismo liberal e contratualista (PASINI, 2005). Se torna explícito o discurso que aborda o trabalho sexual como um trabalho, mesmo que atravessado por intensos estigmas e problemáticas sociais.

Considerando os fatos mencionados, ainda se torna interessante refletir sobre como “a prostituição, tão presente em todos os lares, ainda pareça tão exótica e enigmática para as pessoas, mais que o sexo ‘não comercial’, talvez.” (PRADA, 2021). A isso se remete às imposições de gênero que colocam a prática sexual - principalmente envolvendo relações extraconjugaís – como objeto inatingível do gênero feminino a partir das expectativas e pressuposições do gênero masculino, como aponta Foucault (2007), que ainda completa:

[...] essa reflexão moral não se dirige aos homens com referência a condutas que poderiam dizer respeito a algumas interdições reconhecidas por todos e solenemente

lembadas nos códigos, costumes ou prescrições religiosas. Ela se dirige a eles a respeito das condutas em que, justamente, eles devem fazer uso de seu direito, de seu poder, de sua autoridade e de sua liberdade: nas práticas dos prazeres que não são condenados, numa vida de casamento em que, no exercício de um poder marital, nenhuma regra nem costume impede o homem de ter relações sexuais extraconjogais, em relações com rapazes que, pelo menos dentro de certos limites, são admitidas, correntes e até mesmo valorizadas. (FOUCAULT, 2007, p. 30)

Dessa forma, às mulheres que ousam transgredir as normas impostas socialmente quanto ao trato sexual, quanto a seus corpos, resta o estigma, como bem aponta Monique Prada (2021, p. 65), colocando a transgressão como “Ofensa Madre”, sendo essa “parecer uma puta, ser confundida com uma puta, ser chamada de puta” (PRADA, 2021, p. 65). A autora propõe como alternativa “combativa” às problemáticas enfrentadas pelas trabalhadoras性uais, o putafeminismo, que seria um feminismo executado e desenvolvido através de prostitutas. Seria a partir dele que surgiria a possibilidade de refletir acerca da organização da prostituição, se aproximando da viabilidade de adversar as opressões existentes na prática.

Ainda se tratando da necessidade de uma maior articulação dentro do campo do trabalho sexual, se torna latente a forma como o discurso de que as prostitutas seriam infelizes e insatisfeitas com seu trabalho é utilizada como meio de corroborar com a negação de direitos trabalhistas (PRADA, 2021, p. 43).

A prerrogativa utilizada dentro da concepção do putafeminismo aponta que o trabalho sexual, assim como tantos outros, seria a de prestação de serviços. A noção popularmente compartilhada que correlaciona a prostituição à venda do corpo indicaria, assim, um insulto às envolvidas, uma vez que o poder e a posse sobre seus corpos não estariam, verdadeiramente, abertos para negociação (PRADA, 2021, p. 46).

Considerar a mulher que não limita suas relações ao universo privado, o estendendo ao público, estaria então relacionada à fragmentação entre o erótico e o amor, parte do trajeto dos sujeitos da modernidade (RAGO, 2008). A noção de virtude feminina, como esperado dentro dos padrões de gênero patriarcais, significaria a preservação de comportamentos de submissão à ordem e dominação masculinas (FOUCAULT, 2007). Sendo assim, a prostituta, sendo categorizada dessa forma a partir de uma noção desenvolvida tanto por médicos quanto por policiais, estaria posicionada como posição limítrofe para as ações femininas em meio urbano (RAGO, 2008, p. 63)

Cabe então analisar outro ponto de importância, que seria o fato de que tanto a prostituta como a prostituição seriam um efeito social, que resultam em benefícios a diferentes espaços da sociedade, principalmente ao grupo masculino, uma vez que são os que mais se relacionam com o meio (RAGO, 1991, p. 14). Institui-se, então, um comércio do prazer, uma atividade

lucrativa e economicamente relevante, onde as trabalhadoras sexuais buscam se profissionalizar a partir das mudanças urbanas, formando um meio de trabalho disputado (RAGO, 1991, p. 146).

A movimentação de profissionalização e constante atualização das agentes do sexo seria, assim, algo em constante atividade. Se consideradas as entrevistas e o acionamento das envolvidas com a *internet*, se torna perceptível como esse campo de atuação se mostra evidente com maior facilidade, sendo essas transformações o ponto de maior interesse da presente pesquisa.

Perceber o meio *online* como ferramenta de trabalho para autônomas seria de suma importância para compreensão do quadro geral do trabalho sexual em sua constituição atual. Apesar da movimentação em espaços menos “escusos” como *TikTok*, *Instagram*, *Facebook*, *Telegram*, se mostrar mais exposta atualmente, a atuação das profissionais do sexo no espaço virtual ocorre há muito mais tempo, como por exemplo em anúncios oferecendo serviços性uals (PRADA, 2021, p. 36).

Logo, convém mencionar igualmente como em algumas regiões a prostituição é compreendida como ilegal, mas as atividades que envolvem o meio *online* como *cam girl*, são legalizadas, contribuindo assim para a estratificação das atuantes nas ruas e bordéis, favorecendo o espaço digital (PRADA, 2021, p. 55).

Posteriormente, será desenvolvido um breve diálogo entre as informações coletadas durante as entrevistas e suas possíveis relações com as teorias feministas já apresentadas. Seguidamente, será apresentado mais a fundo as comparações entre a teoria e a empiria, apresentando o Putafeminismo (PRADA, 2021) como resposta das próprias agentes do sexo às diferentes frentes feministas.

2.3.1 O trabalho informal e o sexo

Considerando as falas das entrevistadas, cabe aprofundar o trabalho do sexo enquanto atividade informal ou trabalho autônomo. Posto isso, a seguir discutirei, a partir de bibliografia, como essa forma de ocupação tem se articulado com a alegação de que essa modalidade proporcionaria mais liberdade, tendo em mente o background da pandemia do coronavírus.

O frequente uso de plataformas e aplicativos digitais como meio de empreendedorismo e trabalho tem se desenvolvido a partir do aumento dos níveis de desemprego e das taxas de desigualdade social atualmente. Nota-se que as novas tecnologias têm se sobreposto aos moldes trabalhistas tradicionais, camuflando relações assalariadas (ANTUNES, FILGUERAS, 2020, p. 3).

A prerrogativa que se insere no imaginário social seria a de que o trabalho a partir das plataformas digitais proporcionaria aos trabalhadores a capacidade de ultrapassar as dificuldades trabalhistas pelas quais a sociedade enfrenta atualmente, ocasionando também a possibilidade de trabalhar de qualquer lugar, em qualquer horário (GRAHAM et al., 2017, *apud*. ANTUNES e FILGUERAS, 2020, p. 5).

Um grande ponto que chama a atenção para essa modalidade de trabalho seria o de que ela incluiria profissionais com os mais diferentes tipos de estilo de vida, fugindo dos moldes tradicionais e possibilitando aos trabalhadores a chance de possuírem mais de um emprego, horários de trabalho flexíveis etc. Aqui pode ser encontrada uma ramificação do mito da meritocracia, onde a prosperidade e o êxito só dependem do trabalhador e seus esforços (ANTUNES e FILGUERAS, 2020, p. 5).

Ocorreria então um processo de “uberização” do trabalho, como bem aponta Abílio (2017, *apud*. MONTENEGRO, 2020, p. 8), onde mesmo que as empresas se coloquem de forma isenta de vínculos empregatícios, continuam a delimitar os valores recebidos pelos trabalhadores bem como avaliar constantemente suas performances.

Araújo e Brandão (2021, p. 99) explicitam uma série de vulnerabilidades a que os envolvidos nessa modalidade de trabalho estão sujeitos, de forma que estando eles sem a proteção dos direitos trabalhistas dos trabalhadores formais, se torna de extrema relevância o desenvolvimento de ações protetivas a esse público.

Antunes e Filgueras (2020, p.6) afirmam categoricamente que esses novos meios de digitalização do trabalho se engendram de forma a apoderar-se da mais valia dos trabalhadores de modo a se esquivarem das regulamentações trabalhistas tradicionais vigentes. Essa noção seria de grande importância na manutenção desse setor, uma vez que a retórica que relaciona direitos trabalhistas ao desemprego é profundamente difundida. Ou seja, a narrativa presente seria a de que o teor do discurso dos direitos causaria as altas taxas de desemprego (ANTUNES; FILGUERAS, 2020, p. 12). Além disso, essa retórica liberal também recorre aos ideais do “empoderamento” e “representatividade” em nome da possibilidade do empreendedorismo e auto gerenciamento, já que esses agentes seriam “seus próprios chefes” (NUNES, 2021).

É importante mencionar que, com a pandemia do coronavírus, as taxas de desemprego também aumentaram, contribuindo, assim, para um maior número de indivíduos autônomos e/ou “empregados” em plataformas digitais. “As medidas de bloqueio total ou parcial, realizadas por vários países para retardar a disseminação da doença, afetaram quase 2,7 bilhões de

trabalhadores, representando cerca de 81% da força de trabalho mundial” (OIT, 2020, *apud*. COSTA, 2020, p. 970).

Com o início da pandemia e os consequentes impactos causados por ela no setor da economia, 5,8 milhões de empregos do ramo informal foram eliminados, sendo dentre os envolvidos, os indivíduos negros com menor nível de escolaridade os mais afetados (MONTENEGRO, 2020, p. 5). Ramalho (2021) aponta cirurgicamente ao citar Pisani (2020) que os impactos causados pela COVID-19 produziram efeitos desproporcionais na população, uma vez que, ao considerar a temática de gênero, a grande maioria dos trabalhos informais seriam ocupados por mulheres (RAMALHO, 2021, p. 85).

É de absoluta importância destacar que aqueles autônomos não são os que necessariamente estabelecem seus próprios cursos de vida; essa seria, então, uma concepção que contribui para a evidenciação daqueles em posicionamento de maior vantagem em situações específicas de espaços institucionais, e ainda assim em mesma instância declara como “desviantes” os que aparecam não lidar propriamente de si mesmos (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 120).

Tendo isso em mente, considerando a realidade enfrentada pela sociedade durante o período de pandemia, com o forte incentivo ao isolamento e distanciamento social, com o contato físico cerceado pelas normas de saúde, determinados grupos de pessoas consideraram o meio virtual como alternativa para lidar com a libido (RAMALHO, 2021, p. 86).

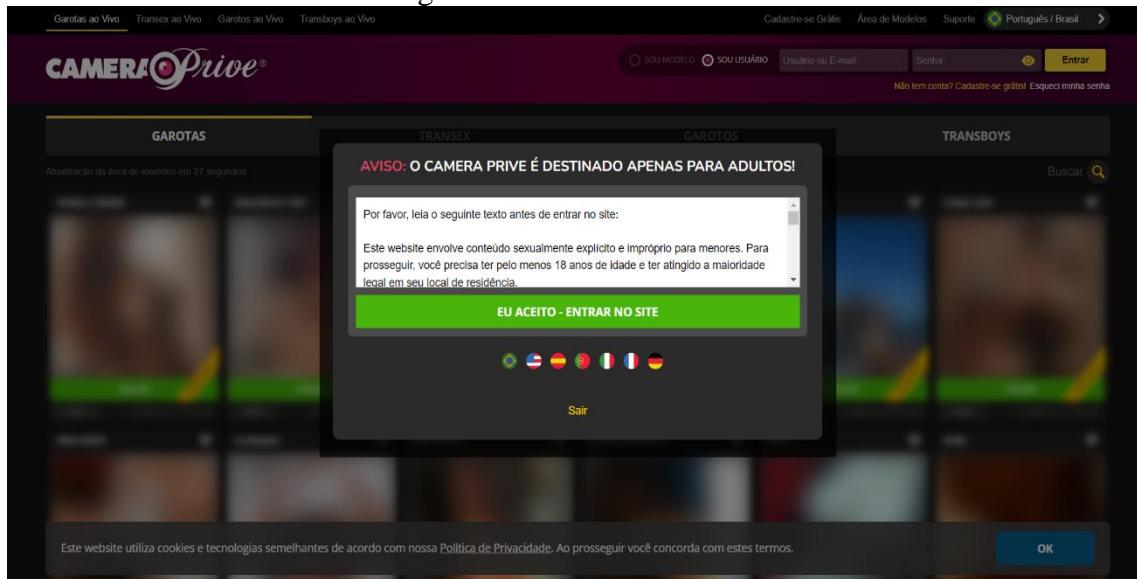
A partir disso, alguns sites como o *Câmera Prive*, *Câmera Hot* e outros ganham destaque no cenário do trabalho do sexo. Os indivíduos que disponibilizam seus serviços nos sites lidam diretamente com as normas estabelecidas por eles, onde as “modelos” determinam o valor de suas atividades, o visitante paga pelos minutos em uma “conversa” privada e, por fim, a plataforma pode reter até 50% dos lucros da “modelo” (RAMALHO, 2021, p. 87).

De acordo com Núbia Ramalho (2021, p. 88) no ano de 2020 o site *Câmera Privê* aderiu mudanças para dinamizar e diversificar suas vendas, disponibilizando até mesmo assinaturas mensais, espaços de fãs de modelos específicas etc. A pesquisadora aponta que essas inovações se inspiram em outra plataforma estadunidense de mesmo cunho, a *Only Fans*. Ela tem se tornado popular até mesmo entre artistas, como por exemplo a cantora brasileira Anitta, que disponibiliza imagens e vídeos de biquini.²¹ Além da cantora, outros famosos utilizam de

²¹ G1. Anitta Cria Conta Verificada No OnlyFans, Site Que Ficou Conhecido Por Venda de ‘Nudes1. G1, 4 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2021/02/04/anitta-cria-conta-no-onlyfans-site-que-ficou-conhecido-por-venda-de-nudes.ghtml>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

plataformas digitais como meio de marketing para divulgar seus trabalhos mais recentes, como no caso de Cardi B, Mc Mirella e Mc Rebecca.²²

Figura 4 - Site Câmera Privê



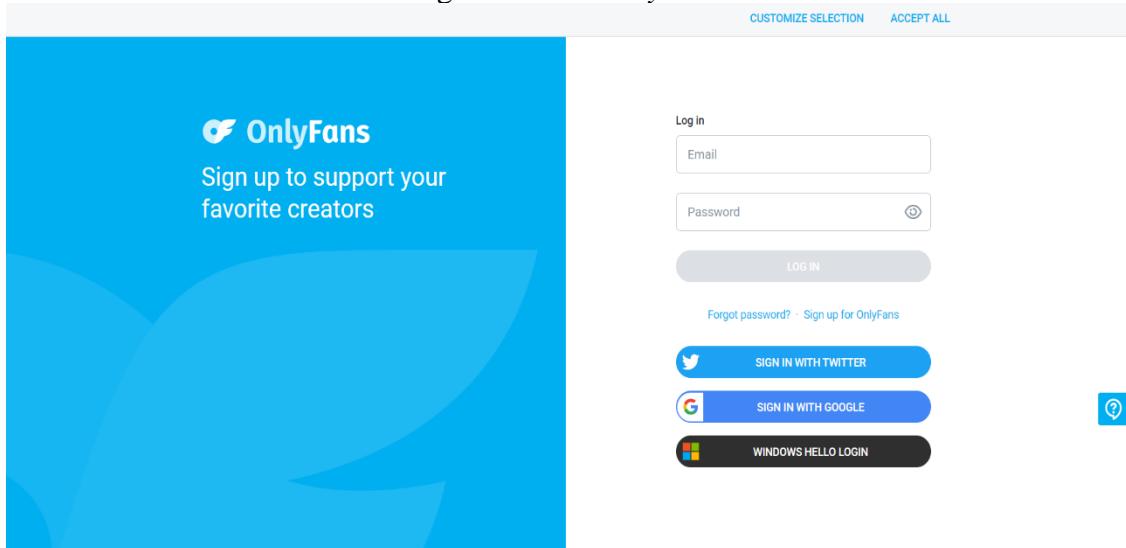
Fonte: print screen do aviso de conteúdo destinado para adultos no site Câmera Privê.²³

O site Câmera Privê, em específico, possui diversas salas com mulheres ao vivo, possibilitando conversas entre clientes em potencial e a *Sex Worker*, mesmo que o usuário não efetue qualquer tipo de cadastro ou sequer pagamento. Apenas algumas salas se encontram privadas para assinantes. O site também dispõe do aviso demonstrado na imagem acima, para menores de dezoito anos, contudo não utiliza qualquer ferramenta de busca para se assegurar da faixa etária dos potenciais clientes. Em contrapartida, as plataformas *OnlyFans* e *Privacy* utilizam de um *marketing* menos explícito quanto aos seus conteúdos, exigindo, antes de qualquer interação, um cadastro por parte do usuário.

²² PILON, Pedro. OnlyFans: Anitta, Mirella e outros famosos que estão na plataforma. Veja!. **O Fuxico**, 28 de jun. de 2022. Disponível em: <www.ofuxico.com.br/polemica/famosos-conta-onlyfans-privacy-conteudo-adulto/>. Acesso em: 11 de jul. de 2022.

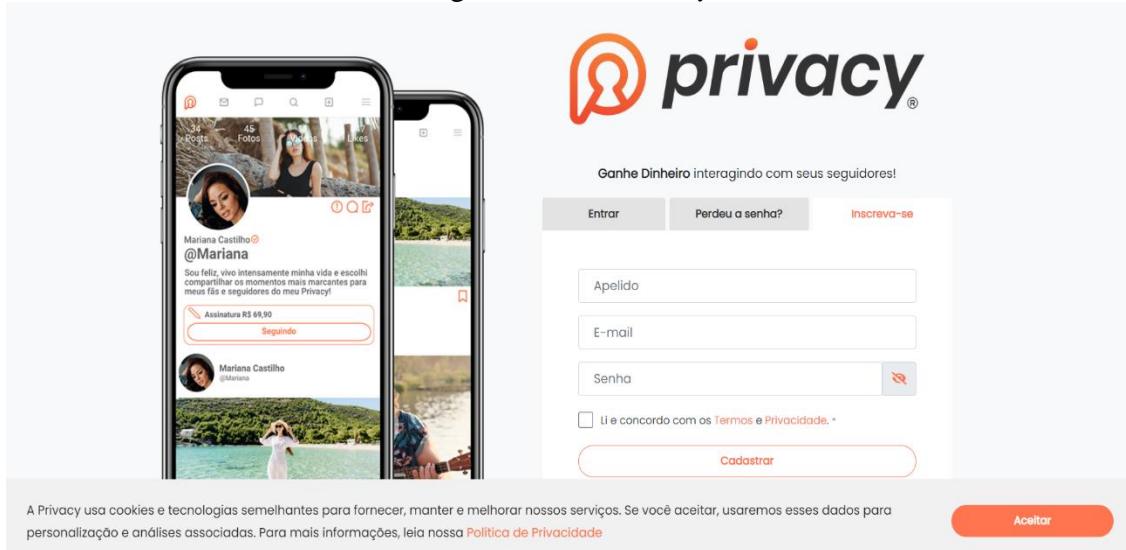
²³ Disponível em: <<https://cameraprive.com/br/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

Figura 5 - Site OnlyFans



Fonte: print screen do site OnlyFans.²⁴

Figura 6 - Site Privacy



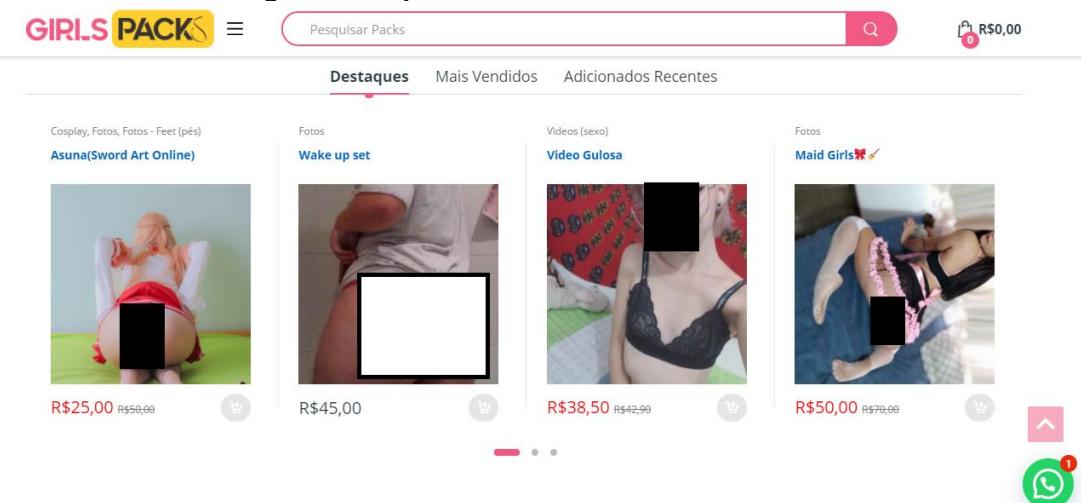
Fonte: print screen do site Privacy.²⁵

A plataforma *GirlsPack* sofreu uma atualização em seu *layout*. No ano de 2021 imagens de *packs* eram exibidas na página inicial. Em 2022, o site disponibilizou apenas a opção de cadastro e algumas informações que poderiam chamar a atenção de possíveis modelos (como as mulheres que vendem conteúdo são chamadas dentre o meio) e os valores que poderiam conquistar com seus trabalhos.

²⁴ Disponível em: <<https://onlyfans.com/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

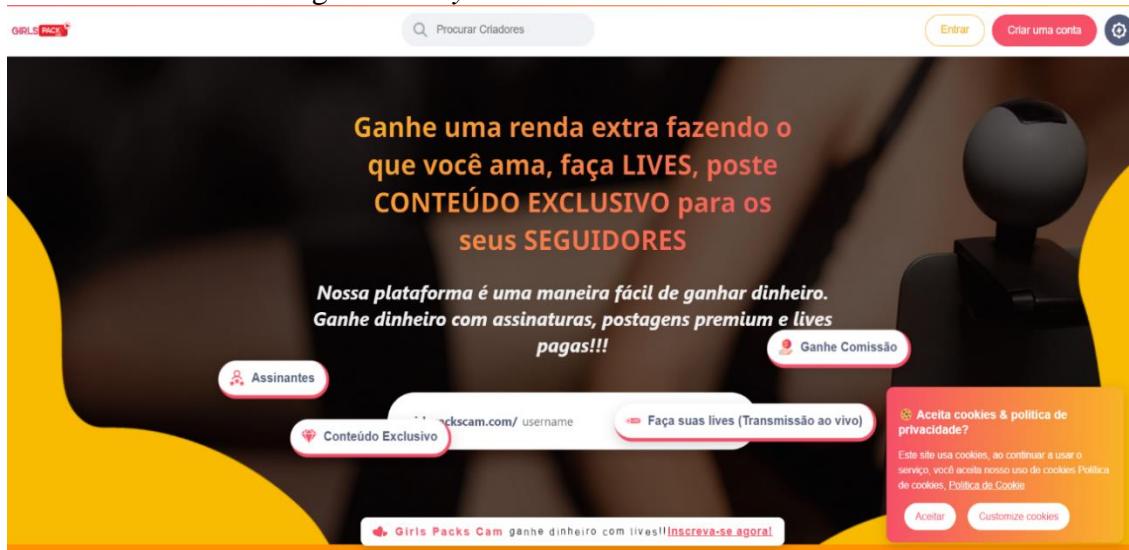
²⁵ Disponível em: <<https://privacy.com.br/v2/auth/sign-in?ReturnUrl=%2F>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

Figura 7 - Layout do site GirlsPack em 2021



Fonte: print screen do layout do site GirlsPack em 2021.

Figura 8 - Layout do site GirlsPack em 2022



Fonte: print screen do layout do site GirlsPack em 2022.²⁶

²⁶ Disponível em: <<https://girlspacks.com/cadastro/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2022.

Figura 9 - Simulador de ganhos do site *GirlsPack*



Fonte: print screen do site *GirlsPack*.

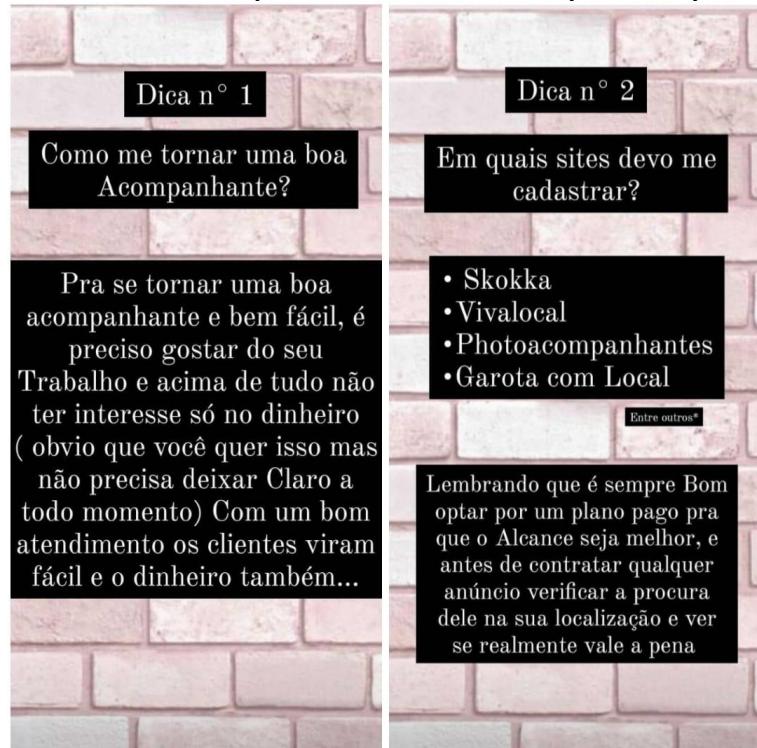
Seguindo para agentes mais ativas no meio do trabalho sexual, alguns nomes se tornam frequentes, como o de Lays Peace e Clara Aguiar. Lays se intitula prostituta de luxo e compartilha sua rotina de vida e trabalho em suas redes sociais, publicamente. A mesma publica desde roupas e fantasias que usa em seus programas até partes dos encontros, mostrando as altas quantias que recebe. No último ano, Lays ganhou fama compartilhando aulas em um grupo privado e pago de *WhatsApp* sobre como “dar um beijo grego”²⁷, tendo em seguida criado um perfil no *YouTube* em que ensina posições sexuais e compartilha momentos na prostituição.

No dia 25 de abril de 2022, Lays compartilhou em seu *Instagram* uma série de “dicas” de como se tornar uma acompanhante. Segue, então, imagens de suas orientações²⁸:

²⁷ FRANCO, Edson. Acompanhante de Luxo Ministra Aula EAD Sobre Beijo Grego E Famosos Participam. ISTOÉ Independente, 29 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/acompanhante-de-luxo-ministra-aula-ead-sobre-beijo-grego-e-famosos-participam/>>. Acesso em 13 de jul. de 2022.

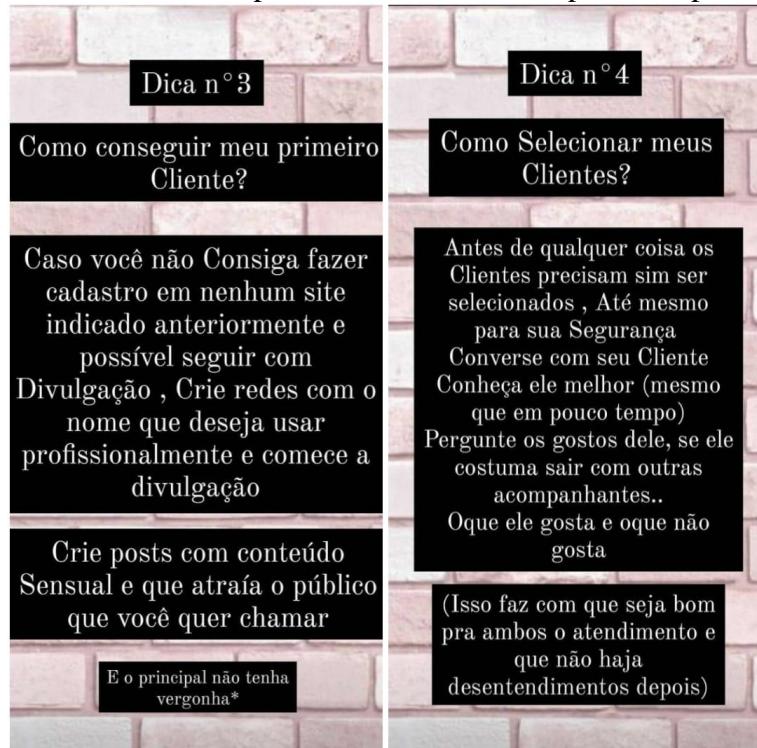
²⁸ As figuras 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 foram retiradas da página da Lays Peace no Instagram. Disponíveis em: <<https://instagram.com/privadinhalaís?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>>. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

Figura 10 - Dicas nº 1 e nº 2 para se tornar uma acompanhante por Lays Peace



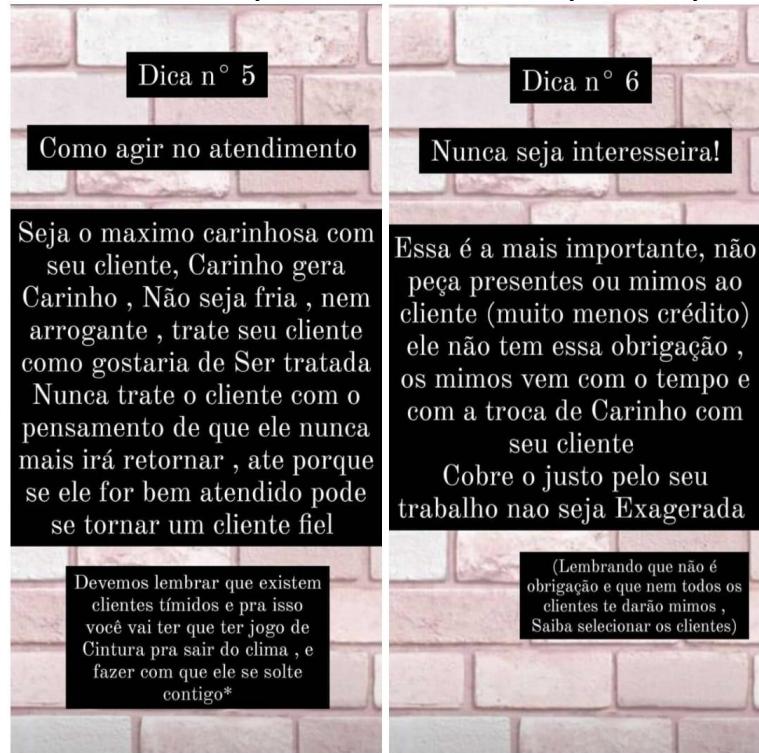
Fonte: print screen do story da página da Lays Peace no Instagram.

Figura 11 - Dicas nº 3 e nº 4 para se tornar uma acompanhante por Lays Peace



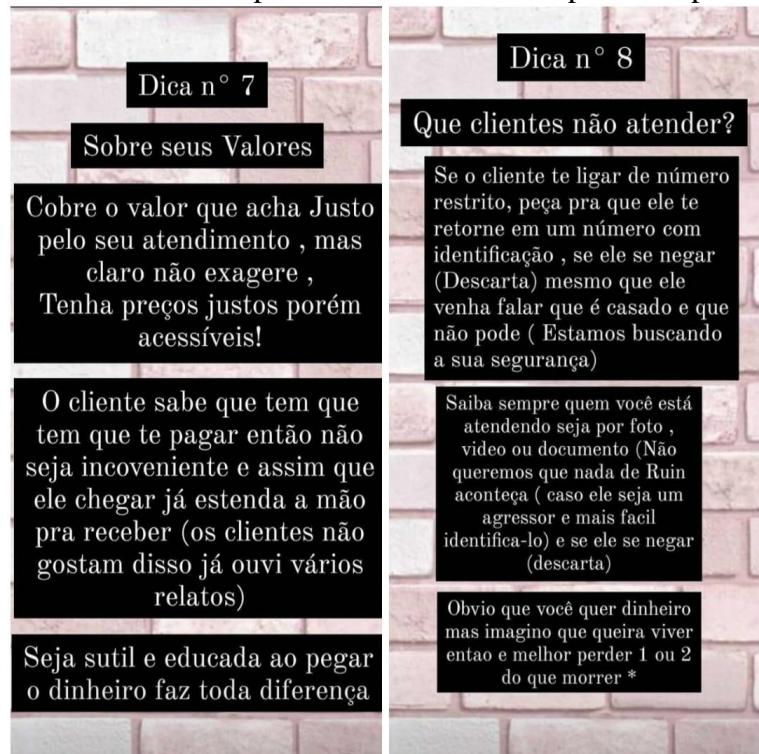
Fonte: print screen do story da página da Lays Peace no Instagram.

Figura 12 - Dicas nº 5 e nº 6 para se tornar uma acompanhante por Lays Peace



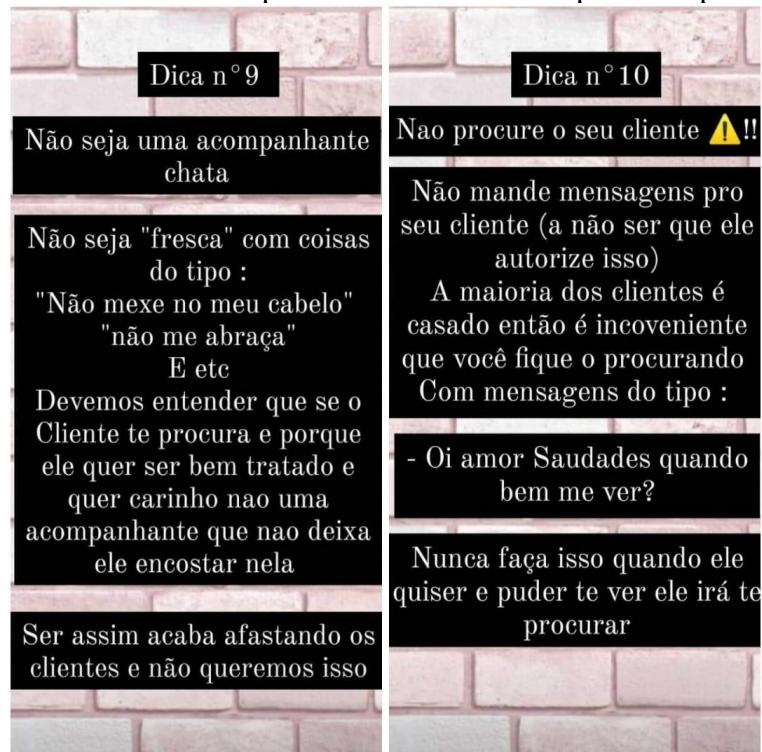
Fonte: print screen do story da página da Lays Peace no Instagram.

Figura 13 - Dicas nº 7 e nº 8 para se tornar uma acompanhante por Lays Peace



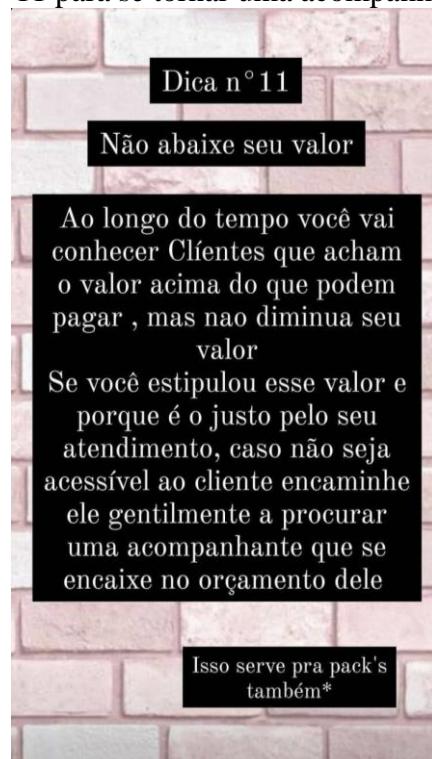
Fonte: print screen do story da página da Lays Peace no Instagram.

Figura 14 - Dicas nº 9 e nº 10 para se tornar uma acompanhante por Lays Peace



Fonte: print screen do story da página da Lays Peace no Instagram.

Figura 15 - Dica nº 11 para se tornar uma acompanhante por Lays Peace



Fonte: print screen do story da página da Lays Peace no Instagram.

Figura 16 - Página da Lays Peace no *Instagram*

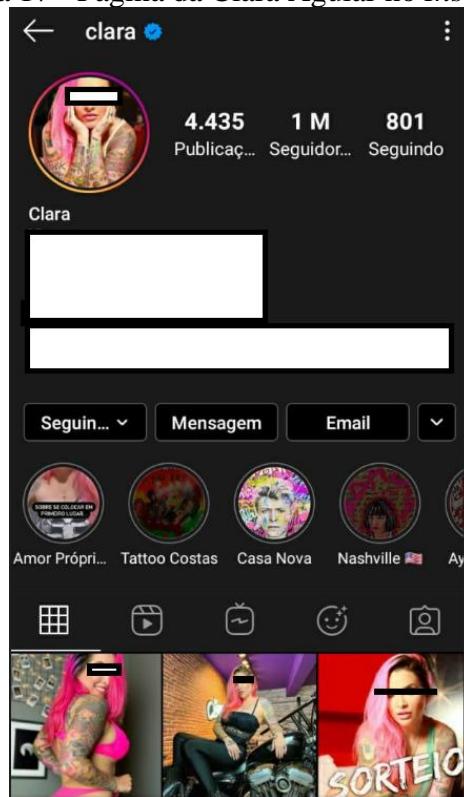


Fonte: print screen da página da Lays Peace no *Instagram*.

Clara Aguiar²⁹ é conhecida popularmente por ter participado da 14º edição do *reality* de televisão *Big Brother Brasil*, mas já possuía experiência como *CamGirl*. Clara também afirma que durante a pandemia os pedidos dos clientes se tornaram mais diversificados, abrangendo não apenas conteúdo propriamente sexual, mas que também pedem companhia para assistir filmes, jantar etc. Além de atuar como *CamGirl* no site Câmera Privê – já mencionado anteriormente – também compartilha conteúdo adulto em grupos privados nos aplicativos *Telegram* e *Instagram* sob valores previamente estipulados.

²⁹ JORNAL DE BRASÍLIA. Ex-BBB Clara Aguiar vira ‘Camgirl’ e revela que clientes pagam para vê-la dormindo. **Jornal de Brasília**, 4 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasilia.com.br/entretenimento/ex-bbb-clara-aguiar-vira-camgirl-e-revela-que-clientes-pagam-para-ve-la-dormindo/>>. Acesso em 13 de jul. de 2022.

Figura 17 - Página da Clara Aguiar no *Instagram*



Fonte: print screen da página da Clara Aguiar no *Instagram*³⁰.

³⁰ As figuras 17, 18 e 19 foram retiradas da página da Clara Aguiar no Instagram. Disponíveis em: <<https://instagram.com/clara?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>>. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

Figura 18 - Clara Aguiar sobre o uso do *Telegram*



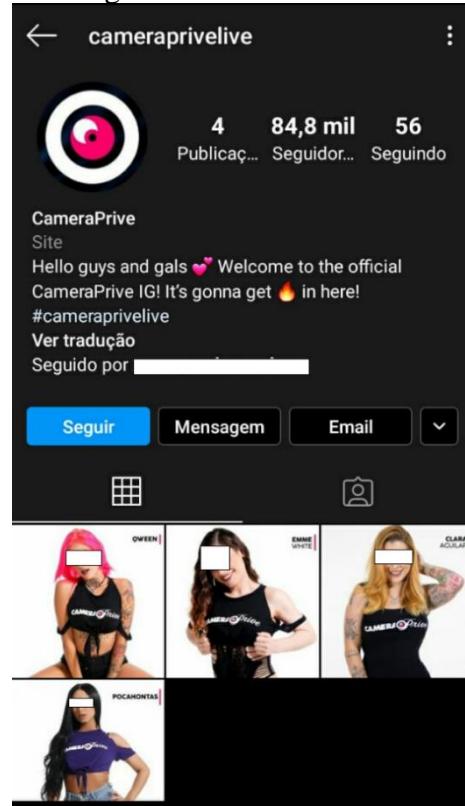
Fonte: *print screen* do story da página da Clara Aguiar no *Instagram*.

Figura 19 - Clara Aguiar sobre o uso do *Close Friends*



Fonte: *print screen* do story da página da Clara Aguiar no *Instagram*.

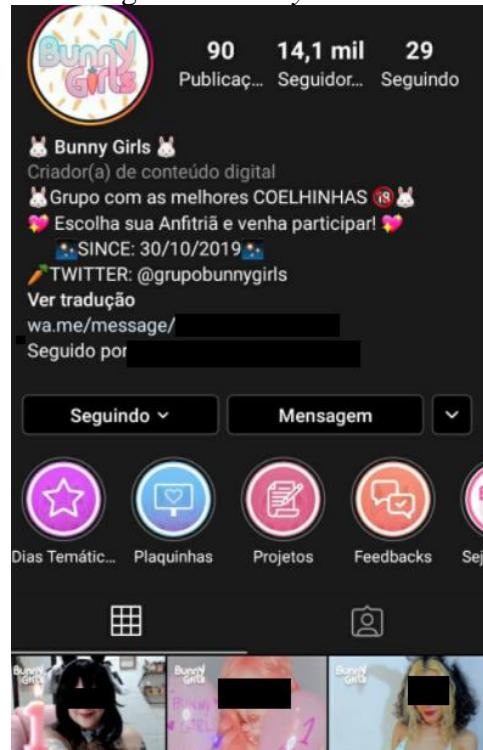
Figura 20 - Página do Câmera Privê no *Instagram*



Fonte: print screen da página do Câmera Privê no *Instagram*.

O mercado do sexo pela *internet* tem se mostrado deveras diverso, onde grupo de trabalhadoras da área se organizam para vender, em conjunto, imagens e vídeos de conteúdo sexual, como pode ser visto no caso do grupo *Bunny Girls* no aplicativo *Instagram*. É importante mencionar que tais perfis, por se encontrarem nos limites das permissões de uso dos aplicativos, por diversas vezes são excluídos ou bloqueados da plataforma por exposição de conteúdo impróprio. Dessa forma, realizar um acompanhamento constante do desenvolvimento de páginas que tenham como principal temática o sexo, o erótico, é uma tarefa contínua. Os proprietários dos perfis por diversas vezes mencionam que criam até mesmo mais de duas contas, para o caso de uma delas ser excluída.

Figura 21 - Página do *Bunny Girls* no Instagram



Fonte: print screen da página *Bunny Girls* no Instagram³¹.

Figura 22 - Promoção do grupo *Bunny Girls* 2020



Fonte: print screen da página *Bunny Girls* no Instagram.

³¹ As figuras 21 e 22 foram retiradas da página *Bunny Girls* no Instagram. Disponíveis em: <<https://instagram.com/grupo.bunnygirls?igshid=MWQ1ZGUxMzBkMA==>>. Acesso em: 25 de abr. de 2022

2.4. Considerações Finais

Tomando ciência dos tópicos mencionados ao longo da pesquisa, ao que toca a posição social das mulheres em um contexto patriarcal, um termo de absoluta importância a ser incluído, seria o do empoderamento feminino. O termo empoderar implica, inicialmente, a ampliação e fortalecimento de poder. O poder em si não pode ser ofertado ou retirado, propriamente. Entretanto, essa categoria está atravessada por instâncias que vão além do que poderia ser compreendido de maneira simples (FAGUNDES, 2017). Circunstâncias como classe, gênero e raça podem ser as mais significativas quando envolvem a temática do empoderamento. De acordo com Fagundes (2017), empoderamento significaria, então:

[...] o processo que conduz à possibilidade de tomar decisões, fazer escolhas, falar, expor o que pensa e o que crê, o que deseja e do que precisa; e também de silenciar quando achar conveniente. É ser ouvida, respeitada, assistida, não ser oprimida nem subjugada, não sofrer violência; é ver acatados seus direitos e ter igualdade de oportunidades de acesso à educação, à produção de saberes, ao trabalho e à participação na vida pública. (FAGUNDES, 2017, p.3)

Nesse sentido, o empoderamento feminino estaria intrinsecamente ligado ao autoconhecimento das mulheres, indo além do corporal, compreendendo também noções mentais, econômicas e sociais (FAGUNDES, 2017, p. 4). De acordo com a ONU Mulheres (2010, apud. FAGUNDES, 2017, p. 5), existiriam algumas especificações dentro da construção do empoderamento social feminino, dentre eles a liderança; igualdade de oportunidade, inclusão e não discriminação; saúde, segurança e fim da violência; educação e formação; desenvolvimento empresarial e práticas da cadeia de fornecedores; liderança comunitária e engajamento; acompanhamento, medição e resultado. Dessa forma se torna mais explícito o quanto a noção de empoderamento perpassa por diferentes âmbitos de uma vida, contudo se mostram práticas que não se relacionam ao ofertar poder a alguém, mas sim uma construção pessoal de autoconhecimento, desenvolvimento e emancipação.

Posto isso, também cabe mencionar o lugar onde o empoderamento se encontra em uma sociedade neoliberal, que em muito toca questões relacionadas ao trabalho sexual. De acordo com Cornwall (2018, p. 2), conceitos como agência e escolha se tornaram subservientes ao sistema neoliberal, ao passo que mulheres são postas à serviço do desenvolvimento social e econômico, de forma que esse sistema seriam o que deveria trabalhar para essas mulheres.

Apesar das noções propostas pela ONU Mulheres, como mencionado anteriormente, as proposições mais facilmente encontradas, seriam as de um “empoderamento light” (CORNWALL, 2018, p. 3), de forma que esse empoderamento não estaria se colocando a favor

das mulheres, mas sim do social e econômico, onde as relações sociais não são colocadas em situação de confronto. As mulheres seriam, então, postas em posição de subserviência ao sistema vigente. Um bom exemplo dessa relação seria a noção atualmente difundida de que países com maiores índices de desenvolvimento econômico possuem maiores níveis de igualdade de gênero (CORNWALL, 2018, p. 4).

Ainda a partir de Cornwall (2018, p. 4), é possível notar como discursos envolvendo a mulher empoderada estão intimamente ligadas à autonomia econômica. Aqui não se coloca à prova que mulheres independentes economicamente não participam de um processo de empoderamento, mas sim o fato de que mulheres sempre fizeram parte do sistema econômico mundial, porém estiveram durante muito tempo longe de concepções de igualdade em nível público. Ou seja, mulheres sempre possuíram papel indispensável na economia, entretanto o processo de empoderamento só recentemente foi utilizado como meio de manobra dentro da noção de que este pode ser adquirido de forma externa, diferente de ser resultado de um processo de autognose. Nesse sentido, o que parece ser um “empoderamento liberal” (CORNWALL, 2018, p. 8) aparenta inserir mulheres no universo econômico sem o cuidado necessário com a possível eliminação das desigualdades sociais vigentes.

Batliwala (2007, apud. CORNWALL, 2018, p. 11) aponta que o que tem se mostrado comum é um distanciamento do processo de empoderamento em si em prol de narrativas vazias de significado real. Algo de extrema relevância que em muito pode se aproximar à realidade das mulheres que trabalham com o mercado do comércio sexual seria o fato de que, apesar das novas oportunidades para estas agentes no mercado de trabalho, direitos sociais e trabalhistas têm apresentado certo esvaziamento de direitos trabalhistas. Isso, por sua vez, resultaria do processo de informalização do trabalho, o que se reverte em uma mão de trabalho vulnerabilizada.

É indispensável destacar que, apesar das circunstâncias mencionadas anteriormente, a independência financeira também se mostra como um fator absolutamente significante no processo de afastamento de possíveis situações de violência (CORNWALL, 2018, p. 14). O que se mostra, então, é um encadeamento de contrastes, onde por um lado é incontestável os benefícios da independência e desse possível “empoderamento light”, por outro lado, o esvaziamento de significado em detrimento de uma indústria que constantemente lucra com a falsa ideia de empoderamento no desenvolvimento do neoliberalismo (CORNWALL, 2018, p. 18, 20).

A partir disso, é inegável que esse processo está ativamente conectado com a vida das mulheres estudadas ao longo dessa pesquisa. Como foi mencionado em diferentes momentos das pesquisas, as envolvidas no mercado do sexo elencam o empoderamento como um fator em comum em suas jornadas individuais. Isso se mostra principalmente a partir de uma mudança na relação com seus corpos, com a independência financeira, com um novo olhar sobre si mesmas.

Sendo assim, a grande questão que está sendo tratada ao longo desse estudo, envolveria, dentre diversos fatores, a agência das trabalhadoras sexuais. Após a análise dos estudos dos movimentos feministas, das envolvidas no mercado do sexo e dos sites feministas, pode-se facilmente observar uma série de encontros e desencontros entre as falas e teorias.

O objetivo é produzir uma reflexão acerca das perspectivas em torno do trabalho sexual, sem de forma alguma desqualificar quaisquer pontos de vista, principalmente o das trabalhadoras. Nesse sentido, cabem também alguns apontamentos; como Bourdieu (1989, p. 78) afirma, o indivíduo, quando absolutamente inserido em determinado contexto, possui uma visão determinada por seu envolvimento naquele enquadramento. Como o autor ainda propõe, o envolvimento do agente com seu ambiente, com seu habitat promove uma relação que está longe de ser mecânica, mas sim algo intrincado e profundo, como algo que em determinado momento “se reflete nela própria, se reflete ela própria” (BOURDIEU, 1989, p. 83).

Em um sistema como o mercado do trabalho sexual, para que as agentes de fato possam obter e usufruir de todos os pontos positivos e vantagens de suas posições, elas também devem participar ativamente do sistema, como peças de um jogo de xadrez (BOURDIEU, 1989, p. 85). Nesse sentido, como o francês propõe:

[...] a única liberdade absoluta que o jogo concede é a liberdade de sair do jogo por meio de uma renúncia heroica a qual, a não ser que crie um outro jogo, não obtém a ataraxia senão à custa daquilo que é, do ponto de vista do jogo e da ilusão, uma morte social (BOURDIEU, 1989, p. 85)

Bourdieu (1989, p. 90, 91) ainda sinaliza que em determinadas profissões, aquelas “pouco profissionalizadas”, ou talvez como possamos colocar atualmente, as profissões informais, seriam um modo de encaixe quase que perfeito para aqueles que não se enquadram em carreiras tradicionais. Esses buscam, então, alternativas, pouco convencionais, para melhor se adequarem. A provável razão da busca e do desejo por essas posições outras estaria também intimamente ligada a busca por uma maior liberdade e possibilidade de ser diferente do que os caminhos tradicionais proporcionariam. Desse modo, os indivíduos envolvidos nesse meio podem estabelecer seus próprios limites, “toda a necessidade incorporada que é constitutiva do seu *habitus*” (BOURDIEU, 1989, p. 91).

Esse discurso também pode ser encontrado ao longo das entrevistas realizadas nesta pesquisa. Foi dito pelas entrevistadas que a liberdade que o trabalho delas proporcionava era um grande ponto positivo de suas carreiras. A partir disso, elas poderiam delimitar os contornos de suas atuações, tornando o trabalhar mais “confortável”.

O processo de dedicação e envolvimento ao trabalho provocaria, então, determinadas vantagens que podem ir além do próprio fator financeiro, como o sentimento de pertencer a um campo de trabalho (BOURDIEU, 1989, p. 98). O procedimento de auto investimento na área de atuação, que resultaria nas vantagens supracitadas – como a liberdade – pressupõe também, uma forte ligação, quase que inconsciente, entre as atitudes das envolvidas e a posição que ocupam, dentro de um sistema de auto exploração (BOURDIEU, 1989, p. 98).

Assim, a descrição de Rago (1991, p. 11) se insere perfeitamente, ao passo que ela demonstra e reitera os estudos previamente apresentados ao longo da pesquisa, que dificilmente as trabalhadoras sexuais, atualmente, estejam inseridas nesse meio por exigência e imperativo de outrem, como por exemplo de “cafetões”. Os lucros e benefícios da ocupação seriam os principais atrativos para as envolvidas.

Isso posto, cabe novamente fazer menção às discrepâncias entre o discurso efetuado pelas feministas mais radicais e a declaração apresentada pelas próprias trabalhadoras. Apesar dos discursos que incentivavam o fim ao trabalho sexual, considerando esse um meio de exploração e subserviência ao sexo masculino, atualmente é possível ter maior compreensibilidade ao que tange a realidade das trabalhadoras e suas motivações, modificando assim os pressupostos mais tradicionais.

Entre as disparidades das narrativas apresentadas pelos estudos feministas e pelo próprio movimento feminista, no que tange à identidade feminina, as distâncias diminuem. Biroli e Miguel (2015) indicam uma descrição deveras interessante, onde a mulher é o maior agente e sujeito do feminismo, contudo sua categoria teria sido erigida no desenrolar do patriarcado e a subsequente dominação masculina e, ainda assim, só deve ser marcada pelo modo pelo qual – apesar das forças patriarcais – resgata “seu corpo e sua relação com o mundo”.

Então, a postura que o feminismo deveria assumir, frente a todas as adversidades propostas por uma sociedade patriarcal, envolveria precisamente uma visão revolucionária, arrojada, para que então componha o movimento social feminista, bem como os espaços políticos referentes a ele (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 152).

Em outra ponta da reflexão sobre o envolvimento das mulheres com o mercado sexual, um forte expoente determinante à ligação com essa área de trabalho estaria relacionado a

experiências de trabalho prévias das envolvidas. Fatores como exploração, abuso psicológico e baixa remuneração são elencados pelas entrevistadas como motivos impulsionadores para a mudança de área de trabalho.

Pensar na semiótica do trabalho sexual envolve igualmente refletir sobre a posição das mulheres no mercado de trabalho, para além do limiar do mercado sexual. Há de se considerar que a questão envolvente na divisão sexual do trabalho historicamente parte da revolução industrial, com a instauração dos modos de produção do capitalismo, relacionado a dicotomia entre trabalho e família (REBOUÇAS, CUNHA, 2020).

De acordo com Rebouças e Cunha (2020, p. 2), considerando o padrão estipulado pelo patriarcado, onde as mulheres foram e são historicamente postas em direta relação com o setor privado, a família e o lar, homens possuiriam um papel “fundamental” na vida das mulheres. Essa ligação resultaria em um arquétipo onde as mulheres só poderiam ser mães, esposas ou prostitutas, com isso a deficiência histórica de direitos civis, implica que estas, ao longo do tempo, apenas recentemente foram concebidas como sujeitos (REBOUÇAS, CUNHA, 2020, p. 2).

As autoras apontam que apenas com as revoluções europeias e a consequente mudança nos meios de produção e a saída do ambiente familiar, que a mulher passou a exercer sua posição como mão de obra no mercado de trabalho (REBOUÇAS; CUNHA, 2020, p. 3). Nesse sentido, Beauvoir (1970, *apud*. REBOUÇAS, CUNHA, 2020, p. 3) aponta que a realização das mulheres em sua entrada no mercado de trabalho, apesar de ter sido um meio que as introduziram na sociedade enquanto indivíduos dotados de direitos, as mediações que levaram a essa conquista teriam sido de diversas lutas. Essa percepção pode se dar ao fato de que para compreender o trabalho em uma sociedade com raízes e noções capitalistas, é de suma importância analisar em específico o processo de exploração da mão de obra feminina (CISNE, 2004, p. 127, *apud*. SCHUH, SILVA, 2021, p.). Como propõe Schuh e Silva (2021):

[...] o trabalho é o processo que realiza a mediação entre o ambiente e o homem, quando este põe em ação as forças de que seu corpo está dotado – braços, pernas, cabeça, mãos -, transformando em produtos os elementos disponíveis na natureza, suprindo assim suas necessidades. (SCHUH, SILVA, 2021, p.3)

Voltando a contemporaneidade, ao considerar as reformas trabalhistas pelas quais a sociedade brasileira tem passado, há a falácia de que com a diminuição de direitos trabalhistas surgiriam mais empregos. A afirmação não se mostrou verdadeira, considerando que nem mesmo foi declarada empiricamente. Por outra via, com essas ocorrências, a estratégia governamental envolve um barateamento da força de trabalho (REBOUÇAS, CUNHA, 2020,

p. 9). A flexibilização dos direitos trabalhistas envolve a narrativa de que a relação entre patrão e empregados(as) seria mais estreita, propiciando maior diálogo. Contudo, de acordo com Pereira (2018, *apud*. REBOUÇAS, CUNHA, 2020, p. 9) não resta dúvida de que em situações de discordância, o empregado sempre será aquele prejudicado.

Tendo em vista apontamentos realizados por Hirata (2002, p. 281, *apud*. NASCIMENTO, 2016, p. 3) a divisão sexual do trabalho está intrinsecamente ligada às relações entre os gêneros masculino e feminino, que são sempre em tom hierárquico, desigual, de abuso de homens para com mulheres. Nesse sentido, é possível compreender como tais relações conflituosas se relacionam com o setor do trabalho, sendo constantemente absorvidas pelo sistema capitalista.

Ainda a partir de Rebouças e Cunha (2020, p. 10), as autoras declaram que derrogação dos direitos trabalhistas, mesmo que afete todos os trabalhadores de forma geral, aflige em especial a mão de obra feminina. Isso se dá ao fato de as mulheres terem de trabalhar duplamente, tanto em âmbito público quanto privado. Além disso, influencia diretamente na renda dessas mulheres. Somado a isso, essas mudanças perpassam igualmente por questões relacionadas ao assédio sexual, interrelações no ambiente de trabalho e etc.

Com Nascimento (2016, p. 4), dentre as múltiplas alternativas que envolvem os preconceitos exercidos para com as mulheres no mercado de trabalho, se destaca o paradigma que implica que mulheres seriam doces, submissas e passivas. Essas características, então, não seriam “compatíveis” com a lógica patriarcal do mercado de trabalho, que renuncia qualquer dialética que envolva possíveis “sentimentos”. Como a autora pontua:

[...] o preconceito e a discriminação são ratificados pelos fatores biológicos de diferenças entre os sexos utilizados para justificar a incapacidade profissional das mulheres, tais fatores de ordem natural são metamorfosados em diferenças sociais. [...] Nesse sentido, a subalternidade, o preconceito e a discriminação que permeiam a inserção das mulheres em atividades laborativas constituem-se mecanismos de impossibilidade da realização e emancipação destas no mundo do trabalho, pois esta inserção se dá em atividades de menor prestígio e responsabilidade acompanhada de uma má reputação (NASCIMENTO, 2016, p. 5).

Entretanto, apesar dessas considerações, a necessidade de mão de obra barata influenciou o mercado de trabalho a incluir essas mulheres, por mais que isso fosse contrário aos seus “padrões”. Além disso, o fantasma do “sentimentalismo” e “feminilidade” persegue constantemente as mulheres que trabalham com o mercado do sexo. Sendo essas características ditas “femininas” designadas ao âmbito familiar e privado, aquelas que desafiam essa lógica são compreendidas como disruptivas, transgressoras etc.

Nesse cenário, é possível observar que os meios correntes de trabalho mais flexíveis imputam à mão de obra feminina as posições mais frágeis, como a informalidade trabalhista, bem como remunerações salariais variáveis, longas horas de trabalho e ausência de garantias sociais (NASCIMENTO, 2016, p. 8). Somado a isto, o contexto capitalista e patriarcal segue promovendo desigualdades históricas e sociais dentre homens e mulheres, utilizando da desigualdade de “gênero, classe e raça/ etnia” (NASCIMENTO, 2016, p. 8).

CONCLUSÃO

Tendo em vista os apontamentos conferidos anteriormente, cabe realizar algumas análises finais quanto ao tema central do presente trabalho. Para tanto, é de suma importância mencionar, mais uma vez, algumas implicações sociais advindas da categoria de estudos de gênero.

O sistema de gênero, ao que se dirige a indivíduos do sexo feminino, atua de forma coercitiva, de forma que Judith Butler (2022, p. 241) sugeriria que o gênero seria então uma *performance* com resultados carregados de sanções. De acordo com a pensadora, aqueles que fogem às normas estabelecidas por seu gênero são socialmente punidos, mesmo que essas normas sejam estabelecidas e constituídas a partir de padrões e referências arbitrárias, já que não haveria uma “essência” última do gênero, uma vez que este seria algo desenhado pelos grupos sociais; ainda nesse escopo, essa mesma construção social compele a crença no mesmo e em sua necessidade (BUTLHER, 2022, p. 241). Segundo a autora:

Universalizar o ponto de vista das mulheres representa, simultaneamente, destruir a categoria das mulheres e estabelecer a possibilidade de um novo humanismo. Assim, a destruição sempre é restauração – isto é, a destruição de um conjunto de categorias que introduz divisões artificiais numa ontologia de outro modo unificada. (BUTLER, 2022, p.207)

Butler ainda propõe uma conversa imprescindível para a compreensão geral do quadro do gênero na sociedade: o papel/posição do feminismo nesse sistema. Ela afirma que a noção de que o feminismo seja único, universal, composto de uma definição única, seria apenas uma falácia, pois seria impossível distintos sistemas culturais disporem de uma única forma de pensamento (BUTLER, 2022, p. 21).

Dessa forma, atualmente é possível encontrar diferentes frentes feministas, como já citado nos capítulos anteriores, em que cada núcleo possui interesses específicos, que podem ou não se atravessar, mas possuem um ponto de concordância central, como bem coloca Biroli e Miguel (2015, p. 7) “a teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero”.

Nesse sentido, um ponto em comum especulação dentre os estudos feministas seria o da prostituição e a consequente liberação sexual feminina. Socialmente, o corpo masculino possui uma vasta facilidade e abertura para desenvolver sua sexualidade, explorar seu corpo e o mundo a partir do mesmo. Por outro lado, o corpo feminino dispõe de diversas privações quanto ao mesmo tema, se encontrando restrito em si mesmo (BUTLER, 2022, p. 35).

A sexualidade se encontraria inserida em um sistema de poder e dissociá-la desse “conjunto” seria culturalmente impossível, ainda, dificultaria a oportunidade de pensar sobre outras alternativas de subversão (BUTLER, 2022, p. 65). Assim como a sexualidade, a esfera do sexo se torna evidentemente reguladora, utilizada como critério de ordenamento de poder (BUTLER, 2022, p. 168).

Sendo assim, em uma realidade onde uma mulher possui gosto particular pelo sexo, a partir dos estigmas sociais construídos a partir de seu gênero, lhe são atribuídas características negativas, considerando-a uma “puta” (PRADA, 2021, p. 43). No entanto, se um homem possui o mesmo gosto pela prática do sexo, o mesmo peso não lhe é atribuído. Ele seria apenas um homem. Essas afirmações podem oferecer uma série de implicações, todavia o presente trabalho tem por objetivo tratar da questão do trabalho sexual, das mulheres que de fato se dispõem a trabalhar com o sexo.

Algumas frentes feministas - como a abolicionista e a radical - bem como algumas esferas da sociedade, principalmente as conservadoras, compreendem a prostituição como uma ação de venda do próprio corpo, uma prática indecorosa. Ao longo da pesquisa, foi possível notar que a grande e esmagadora maioria das trabalhadoras sexuais não possuem o mesmo ponto de vista, entendendo esse processo como uma “prestação de serviços” (PRADA, 2021, p. 45).

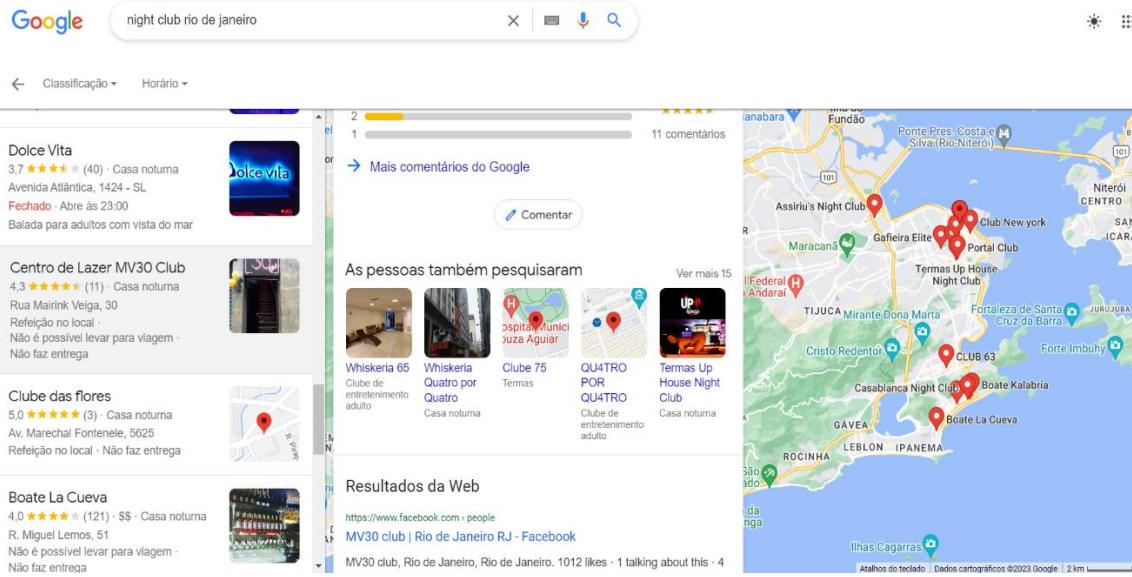
Logo, se colocaria uma proposição de que *Sex Workers* dificilmente poderiam ser feministas, uma vez que dentro dessa lógica, a prostituição partiria de uma razão patriarcal, de subserviência ao indivíduo masculino (PRADA, 2021, p. 72). Essa ordem de pensamentos, entretanto, possui diversas lacunas, uma vez que, como poderia essa classe tão submissa ao patriarcado, enquanto suas consequentes necessidades serem alvo tão constante de estigmas e sanções da mesma “instituição”? A trabalhadora sexual é punida e marginalizada pelo mesmo sistema que mantém a sua existência (PRADA, 2021, p. 93).

A legislação brasileira atualmente impede a organização de trabalhadoras sexuais em cooperativas, ainda que a constituição de 1988 proporcione a todo trabalhador a possibilidade de organização legal em cooperativas. Contudo, essa movimentação é estritamente censurada às trabalhadoras sexuais pelo Código Penal. O trabalho sexual organizado em casas públicas, boates ou saunas também é vetado, podendo ser categorizado como exploração sexual (PRADA, 2021, p. 101).

Essa realidade legislativa, por outro lado, é burlada diariamente. Ao caminhar pela grande metrópole que é o Rio de Janeiro, é possível encontrar casas de prostituição com

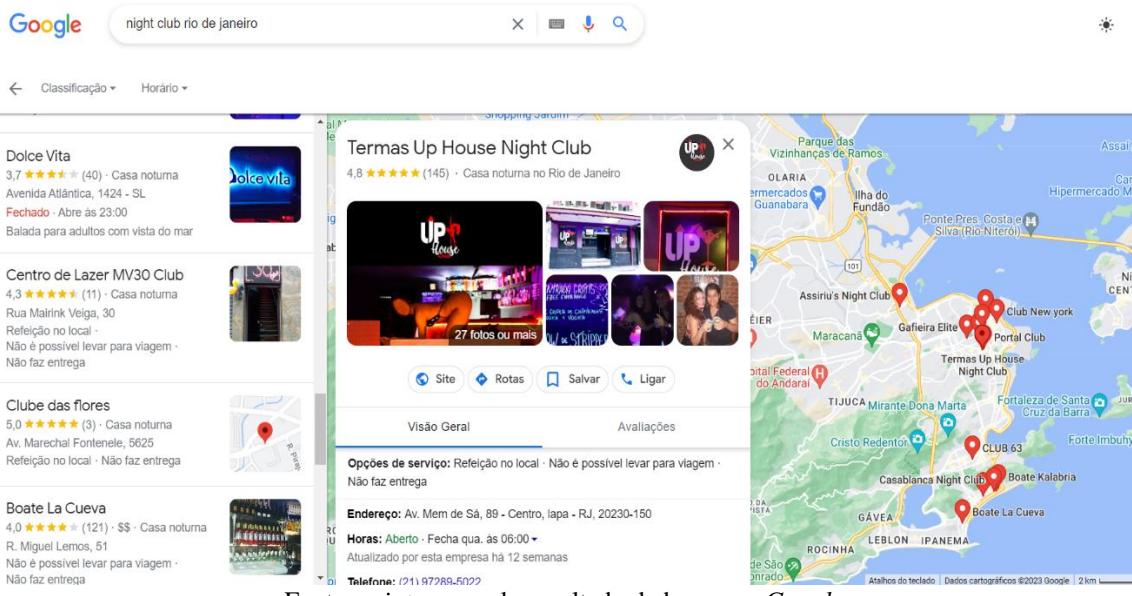
facilidade. Elas podem residir em áreas mais discretas, assim como também de forma completamente exposta. É possível encontrar instituições desse tipo até mesmo realizando uma simples e rápida pesquisa no site *Google*. Ao colocar no buscador do site “night club Rio de Janeiro”, surgem diversas opções, com fotos, comentários, sites etc. Assim, demonstrarei a seguir algumas das imagens encontradas por mim.

Figura 23 - Resultado de busca no *Google* por “Night Club no Rio de Janeiro”



Fonte: print screen do resultado de busca no *Google*.

Figura 24 - Exemplo de *Night Club* encontrado no *Google*



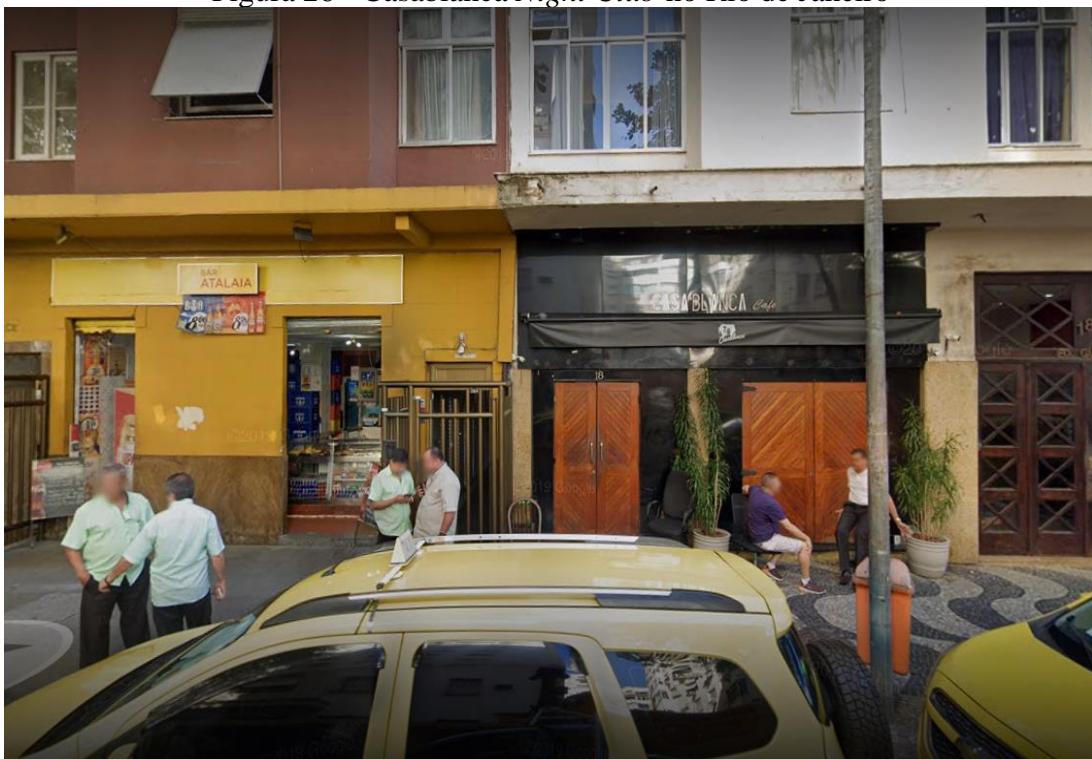
Fonte: print screen do resultado de busca no *Google*.

Figura 25 - Casablanca *Night Club* no Rio de Janeiro



Fonte: imagem retirada do *Google Maps*, captura da imagem: abr. 2021

Figura 26 - Casablanca *Night Club* no Rio de Janeiro



Fonte: imagem retirada do *Google Maps*.

Figura 27 - Paris Café *Club* no Rio de Janeiro



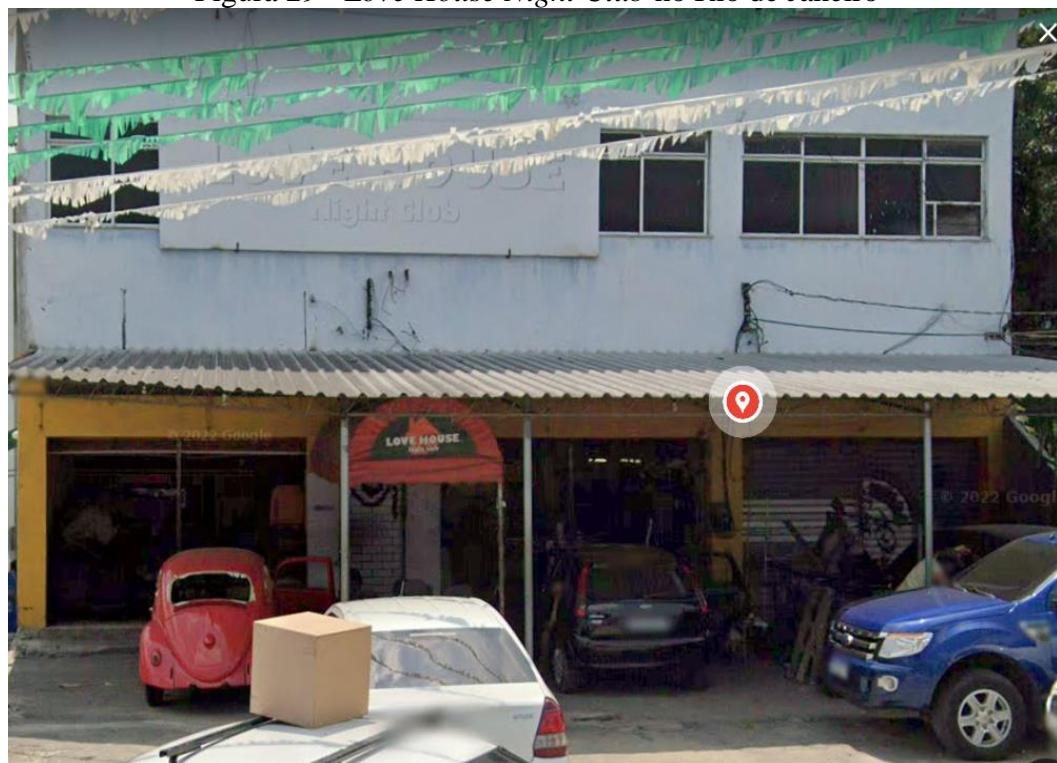
Fonte: imagem retirada do *Google Maps*, captura da imagem: mar. 2023.

Figura 28 - *Love House Night Club* no Rio de Janeiro



Fonte: imagem retirada do *Google Maps*.

Figura 29 - *Love House Night Club* no Rio de Janeiro



Fonte: imagem retirada do *Google Maps*.

A partir das imagens acima, é possível observar como ambientes próprios para o comércio sexual podem ser facilmente encontrados. Em todos os exemplos, os espaços estão localizados em áreas muito movimentadas, contrariando a lógica do senso comum de que

ambientes assim seriam encontrados em locais escusos. O Paris Café, por exemplo, se encontra em uma região habitada pela classe média alta da zona oeste do Rio de Janeiro, em uma frequentada avenida, a Avenida das Américas.

Como Larissa Mascotte (2018) afirma, alguns desses estabelecimentos podem utilizar de alvarás de bares e/ou hotéis, o que proporcionaria aos mesmos a possibilidade de se promoverem livremente, tanto por entre a *internet*, como através de letreiros etc. O resultado final quanto a resolução penal e legislativa a respeito de casas de prostituição ainda se encontra em uma área de indefinição. De acordo com uma alteração do artigo 229³² do código penal brasileiro (que previa a manutenção de casas de prostituição sob crime de rufianismo), atualmente os estabelecimentos podem se manter em funcionamento, desde que não seja possível a alegação de exploração sexual. As palavras de Prada (2021) corroboram com essa perspectiva:

Uma questão que gera controvérsia é a cláusula que define o que é ou não exploração, e permite que o estabelecimento retenha até 50% do valor do programa. Bom, é importante lembrar que, para o programa acontecer, a casa investiu em anúncios, conforto, segurança. Viu-se nisso uma espécie de regulamentação da exploração; seria interessante, então, pensar no conceito de exploração do trabalho, sempre presente nas relações laborais. Na prática, quantos e quais trabalhadores sabem qual percentual do lucro da empresa sobre seu trabalho chega às suas mãos? (PRADA, 2021, p.99)

Com isso, é possível considerar que a partir da legislação brasileira, as casas de prostituição estão situadas em um limbo, já que podem ou não ser classificadas como locais de exploração. Esse fato por si só pode proporcionar inseguranças para as trabalhadoras, já que não há uma classificação exata para a situação em que se encontram.

As palavras de Monique Prada (2021, p. 26) se encaixam perfeitamente nesse quadro de ambiguidade, sendo ela mesma uma trabalhadora sexual, se inclui no discurso de que a grande maioria das trabalhadoras do ramo procura esconder suas identidades. Se disfarçam, camuflam dentre a sociedade de forma a não se tornarem alvo de preconceito e violência, mesmo estando envolvidas em uma atividade que perdura por séculos.

O que pode ser notado dentre essas idas e vindas políticas, sociais e culturais quanto ao trabalho sexual e suas envolvidas, é uma constante dialética do poder. Estando as *Sex Workers* em posição de vulnerabilidade social e política, elas estão diretamente conectadas a conceituações de dinâmicas desvantajosa de gênero. Isso se dá de forma em que a mulher é

³² Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa. Rufianismo. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10609710/artigo-229-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em 21 de jan. de 2023.

subjugada e reduzida a um mero objeto, ou seja, tratada como inferior à condição humana por ser vista meramente como um meio para a satisfação dos desejos alheios.

Além disso, essas representações podem contribuir para mantê-las em situações de maior fragilidade, tanto simbólica quanto material. Ao defini-las unicamente como objetos sexuais, há um potencial de exclusão de outras definições e considerações sobre suas habilidades (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 138). Cabe, então, destacar novamente que essas mulheres estão ativamente envolvidas tanto em seus empreendimentos enquanto autônomas, assim como no ativismo feminista, principalmente quanto a emancipação sexual das mulheres. Dessa forma, “fica claro que as prioridades dependem das diferentes posições sociais e que, se o feminismo não abraça um projeto de transformação social, ele tende a reproduzir em seu seio esses enfrentamentos” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 148).

Sendo assim, refletir sobre o processo que envolve as distinções de gênero, motivações ao envolvimento com o trabalho sexual e seus paradigmas, faz parte do que Margareth Rago (1991, p. 14) propõe ao afirmar que devemos realizar uma historicização desse fenômeno, bem como problematizar seus processos, de maneira que então possamos nos tornar mais próximos destas trabalhadoras enquanto sujeitos investigados e compreender os seus contextos e ações.

Esse fato não se dissociaria da necessidade de notarmos a perspectiva das envolvidas e, da mesma maneira, compreender que seus pontos de vista são diretamente influenciados por estarem justamente localizadas nesses grupos específicos (YOUNG, 2000, *apud*. BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 84). Isso por sua vez proporcionaria novas e mais eficazes possibilidades de compreensão do tema e capturaria a noção de que aqueles inseridos em uma dinâmica de possível colocação de subalternidade possuem experiências em comum, que consequentemente são vedados aos que não se enquadram no mesmo nicho (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 84).

Rago ainda reitera que as concepções relacionadas a uma interação baseada em subordinação, na prática, não se mostram verídicas, já que simula um contrato entre alguém que procura e alguém que oferece um serviço (RAGO, 1991, p. 154). A ideia de que a prostituta não é um indivíduo anormal ou alguém que não está sendo obrigada, compelida a fazer algo, certamente é uma proposta que vai em conflito com a imagem social da “mulher ideal”. Esse seria resultado das construções e expectativas de gênero desenvolvidas pelo patriarcado, que é constituído por uma “moral pensada, escrita, ensinada por homens e endereçada a homens, evidentemente livres” (FOUCAULT, 2007, p. 29).

Retornando às vertentes feministas e seus propósitos, nas próprias palavras de Prada (2021, p. 34), escritora e trabalhadora sexual, pensar na abolição da prostituição, seria como

pensar em uma “utopia distópica”. A autora propõe que os princípios que envolveriam o desejo pela abolição poderiam estar ligados ao desejo pela igualdade de gênero, mas essa mesma “sequência lógica” também esteve presente em propostas e ações que lesaram a classe de trabalhadoras sexuais, que as levou à ilicitude e à extrema estigmatização.

Sob outra perspectiva, o mesmo ato de considerar que a igualdade de gênero seria equivalente ao processo de encerramento do trabalho sexual, se põe ao risco de se alinhar a determinadas pressuposições preconceituosas. Naturalmente, algumas das envolvidas não se inseriram nesse meio de trabalho por vias “saudáveis”, mas por ser seu único recurso contra a pobreza extrema (PRADA, 2021, p. 60). Porém, se lembrarmos dos relatos das entrevistadas, é consenso que a realização do trabalho sexual é uma forma de trabalho tão digna como qualquer outra, o que consequentemente não necessitaria de finalizações. Dessa forma podemos observar que mesmo dentre aqueles que validam o trabalho sexual, há discrepâncias.

Voltando ao escopo principal da presente pesquisa, os formatos atuais do trabalho sexual envolvem muito mais do que o que acontece corpo a corpo, mas dentre diversos espaços digitais. Para mais, além do próprio trabalho, o alcance dessas mulheres também envolve a construção delas enquanto indivíduos politicamente ativos (PRADA, 2021, p. 36). Somado a isso, utilizando as redes sociais como ferramentas, as envolvidas passam a ter maior controle administrativo sobre suas atividades, bem como maiores possibilidades de realizarem diferentes atividades, além das性uais (PRADA, 2021, p. 84).

Com isso é possível notar determinada mudança no *status quo* do trabalho sexual, a posição de “vítima” da prostituição atualmente se posiciona politicamente, reclama por respeito, ela se aproxima do ideal da “mulher comum” (PRADA, 2021, p. 86). Isso difere diretamente das pressuposições estabelecidas sobre essas trabalhadoras, que as enquadrava enquanto indivíduos do exterior, do público, desprovida de limites ou vínculos, contrariando a estrutura da mulher privada, interior, o estereótipo da “mãe” (RAGO, 1991, p.174).

As minúcias dessas instâncias, percepções e pressuposições sobre o que seriam essas mulheres frequentemente deixam de ter em consideração que, apesar de trabalhar com o sexo ou não, mulheres são dotadas de diferentes sentidos e características que atravessam as simples definições que a sociedade as impõe. A polarização da trabalhadora sexual entre vítima ou predadora, dominante ou dominada desconsidera que essa mulher pode ter todas as características simultaneamente, independente da figura masculina que a cerceia e delimita (RAGO, 1991, p. 258). De acordo com Biroli e Miguel (2015):

De um ponto de vista liberal, afastados a exploração de crianças e o tráfico de pessoas, é difícil justificar a proibição da prostituição. Afinal, ela estabeleceria um contrato entre adultos que, dadas as circunstâncias, julgam que é vantajoso o envolvimento naquela troca. A repressão à prostituição sinalizaria a tentativa e imposição de uma determinada moral sexual ou, então, uma percepção paternalista, que entende que a opção da prostituta e/ou do cliente não é correta e que é necessário impedi-los de fazer mal a si mesmos. (BIROLI, MIGUEL, 2015, p.139)

A ideia do sexo e das atividades referentes a ele serem tão frequentemente repudiadas e estigmatizadas é verdadeiramente intrigante. O sentido de que “a atividade sexual, tão profundamente ancorada na natureza e de maneira tão natural, não poderia ser considerada má” (FOUCAULT, 2007, p. 59) é o cerne da questão que perpassa toda a presente pesquisa. A própria lascívia pelo prazer, como bem pontuava Michael Foucault (2007, p. 104 e 152), sempre esteve presente na sociedade, sendo registrado até na Grécia antiga, na pederastia, contudo deveriam ser constantemente atrelados a um certo controle, para que não saísse dos “limites aceitáveis”. Apesar disso, é o homem, sempre o homem, que determina padrões, que instiga os limites, que estabelecem o tempo e lugar da prática de prazer (FOUCAULT, 2007, p. 157).

Com essas noções, foi encontrada uma “solução” ontológica para a prática sexual mais pública e frequente. Aqui cabe, então, àqueles que se enquadram em princípios regulamentaristas, que consequentemente estavam intimamente próximos à geografia urbana e a modernidade, perceber a prostituição, o trabalho sexual como um “mal necessário” (RAGO, 1991, p. 134). O sexo público, fora dos enlaces conjugais, passaria a servir como espaço para desafogo de tensões. Pensando mais a fundo sobre as discussões presentes acerca do feminismo e suas estratégias para as conjunturas atuais, Biroli e Miguel (2015) trazem apontamentos extremamente relevantes:

Nas correntes mais próximas do socialismo e do marxismo, o feminismo tematizou, ao mesmo tempo, as relações de gênero e a estrutura de classes das sociedades contemporâneas. Isso significou um debate sistemático com outros movimentos políticos e correntes teóricas, numa reinterpretiação da prioridade das desigualdades de gênero e dos interesses das mulheres nas estratégias políticas, nas análises e, de modo amplo, nos ideais e nos referenciais normativos que orientam os combates por justiça social. A luta feminista foi e, segundo acreditamos, deve ser também por transformações que levem a sociedades mais justas do ponto de vista de suas estruturas econômicas, sem perder de vista as especificidades de gênero. O feminismo negro permitiu avançar na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades justamente ao exigir que a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não corresponesse a um silêncio sobre as mulheres que compartilham, com os homens que estão na base da pirâmide social, as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e de classe. (BIROLI, MIGUEL, 2015, p.9)

As evidências presentes demonstram como o próprio feminismo cooperou para exibir distintos modelos de domínio e distinção que não se encontram apenas uns sobre os outros, mas se envolvem e resultam em novos e característicos modelos, produzindo um plano de alterações

sociais que sejam vulneráveis à pluralidade de diferentes experiências (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 151). Dessa forma, Collins (2015) é cirúrgica quando afirma,

Apenas quando percebermos que existem poucos/as que são puramente vítimas ou opressores, e que cada um de nós experimentamos uma variedade de punições e privilégios de um sistema de opressão múltiplo que enquadra nossa vida, estaremos em condição de ver a necessidade de novas formas de pensamento e ação. (COLLINS, 2015, p. 14).

É evidente que os diferentes feminismos se fazem presentes em todos os discursos referentes ao trabalho sexual. Em mesma medida, é possível notar diferentes declarações quanto ao trabalho sexual feminino. Isso consequentemente leva à reflexão sobre o fato de que a emancipação sexual feminina é um campo de discussões intensamente aquecido, que engloba não apenas àquelas que trabalham com o sexo, mas todas as mulheres diretamente. Por conseguinte, é possível considerar que esse campo de análises continua merecendo olhares cuidadosos, que possam proporcionar equidade para mulheres de diferentes classes e raças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020.
- ARAÚJO, Iara Soares; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. Trabalho e renda no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Prâksis**, v. 2, p. 96-111, 2021.
- BARRAGÁN, Margarita Aguinaga. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam e PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 89-120, 2016.
- BARRETO, Letícia Cardoso; GROSSI, Miriam Pillar e MAYORGA, Claudia. Pensando a Prostituição, a Pesquisa e a Militância. **Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. BAHIA, 2013.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução Maria Luiza X. de Borges. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial. São Paulo, 2015.
- BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3. ed.** Brasília: MTE, SPPE, 2010.
- CEZARINHO, Franz Arnaldo. SIMÕES, Soraya Silveira; SILVA, Hélio RS Silva e MORAES, Aparecida F.(org.). **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: Editora da UFF. 552pp. CAMPOS, v. 17, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. 1. ed. São Paulo: SOF, p. 13-42, 2015.
- COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.
- CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, 2018.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Empoderamento feminino: uma abordagem educativa. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 28, n. 2, p. 87-94, 2017.
- FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 10, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, v. 17, n. 2, 2001.
_____. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, 2018.

LENZ, Flavio. Gabriela Leite, prostituta que viveu e promoveu a liberdade. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 12, n. 34, 2014.

LIMA, Juliana Boti. **Perspectivas Sociológicas do Estudo da Prostituição**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, 2014.

MASCOTTE, Larissa. Afinal, manter casa de prostituição é crime? **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5565, 26 set. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69155>. Acesso em: 21 jan. 2023.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: **Pensamento Feminista Hoje: perspectiva decolonial**. Rio de Janeiro: Bazar, 2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. Espaço e Economia. **Revista brasileira de geografia econômica**, n. 19, 2020.

MOREIRA, Maria Fernanda. Prostituição: ressignificações trabalhistas e feministas. **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**, v. 1, 2016.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, p. 339-346, 2016.

NUNES, Leandro Soares. Ainda Mais Precário: O Trabalho Sexual Online. **IRIS**, irisbh.com.br/ainda-mais-precario-o-trabalho-sexual-online/. Belo Horizonte, 2021.

PARADIS, Clarisse Goulart. A prostituição no marxismo clássico: crítica ao capitalismo e à dupla moral burguesa. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018.

PASINI, Elisiane. **Prostituição e a liberdade do corpo**. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/Elisiane.pdf>. Rio de Janeiro, 2005.

PASSOS, Taciana Silveira e ALMEIDA-SANTOS, Marcos Antonio. Trabalho sexual em período de pandemia por COVID-19 no contexto íbero-americano: análise de anúncios em websites. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4237-4248, 2020.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2021.

QUEIROZ, Nana. As três faces da prostituição. **AzMina**. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/as-tres-faces-da-prostituicao/>>. Acesso em: 15 Dec. 2020.

RAGO, Luzia Margareth et al. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, Margareth. Entrevista à Roberta. **Humanidades em diálogo**, v. 7, 2016.

RAMALHO, Núbia. De Necessidades Eróticas e Afetivas em: O Camming no Brasil: Uma breve análise sobre a satisfação. **Diálogos Contemporâneos: Gênero e Sexualidade na Pandemia**, p. 85, 2021.

REBOUÇAS, Fernanda Magalhães; CUNHA, Maitê Marques. Análise histórica e crítica da relação de trabalho feminina e os impactos da reforma trabalhista nos direitos conquistados. **Revista do CEPEJ**, n. 22, p. 87-98, 2020.

RIBEIRO, Djamilia. “**E eu não sou uma mulher?**” Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Filosofia na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2015.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostituição e feminismo: uma aproximação ao debate contemporâneo. **Anais Fazendo o Gênero**. Santa Catarina, 2010.

ROSSI, Aline. Não obedeça, RESISTA. **QG Feminista**, 2020. Disponível em: <<https://qgfeminista.org/nao-obedeca-resista/>>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo**. Recife, Março de 1993.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, n. 18, 2012.

SCHUH, Thalia Jaqueline; DA SILVA, Michel Goulart. Divisão Sexual do Trabalho: Uma Análise da Exploração Histórica do Trabalho Feminino e sua Manifestação no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 14, p. 141-146, 2021.

SILVA, Letícia Mendes. **O encontro entre a prostituição e o feminismo: análise do debate feminista contemporâneo sobre a prostituição no Brasil**. Monografia (Graduação em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUZA, Fabiana Rodrigues. Feminismos e autodeterminação de prostitutas: Diferentes percepções acerca da prestação de serviços Sexuais. **Seminário Fazendo Gênero – Desafios atuais dos Feminismos**. Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013.

SKACKAUSKAS, Andreia e OLIVA, JM Nieto. Prostitutas, Feministas e Direitos Sexuais: Diálogos Possíveis ou Impossíveis? In: **Anais de Fazendo Gênero Conference**. Santa Catarina, 2010.

TAVARES, Aline Godois. **Movimento Feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil.** Buenos Aires: Clacso, 2015.

TRUTH, Soujourner. E eu não sou uma mulher?. **Geledes**, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2022.

ANEXOS

Roteiro de Entrevistas

Nome; Idade; Região.

1. BLOCO VIDA E OCUPAÇÃO

Há quanto tempo exerce a ocupação atual (sendo gp ou cam girl);

Como chegou a sua ocupação atual;

Se a família possui conhecimento sobre o trabalho que exerce;

Se as relações familiares, amorosas ou até mesmo de amizade já foram ou são afetadas pela profissão;

2. BLOCO OCUPAÇÃO EM SI

O que acha da exposição que é compartilhar constantemente o dia a dia virtualmente;
você gosta da sua ocupação atual?

A quanto tempo exerce a ocupação atual/ por quanto tempo pretende exercer?

Você se importa com o que a sociedade pode pensar sobre o trabalho que exerce?

Você possui algum contato com alguma rede de apoio a trabalhadoras do sexo; se acredita que deveria ser considerado trabalho; se acredita que deveria haver direitos trabalhistas, assim como fiscalização; o que acha que poderia ser feito, se existe algo a ser feito, que pudesse auxiliar a carreira e/ou proteger os direitos humanos das trabalhadoras sexuais?

você já sofreu preconceito/violência; se sim, como lidou?

Você já contraiu algum problema de saúde devido à ocupação?

Como foi o processo de incluir a *internet* na ocupação atual?

a pandemia afetou o trabalho de alguma forma?

3. BLOCO (OCUPAÇÃO E SUBJETIVIDADE)

Quais seriam os pontos negativos e positivos da ocupação;

Como se vê enquanto indivíduo e mulher a partir deste trabalho;

Acredita que exista uma diferença entre você antes da sua ocupação atual e a pessoa que você é agora? Caso sim, como você se vê nesse momento?